TRATADO

DE

AMIZADE, NAVEGAÇÃO, E COMMERCIO

ENTRE

AS MUITO ALTAS,

E

MUITO PODEROSAS SENHORAS

DONA MARIA I.

RAINHA DE PORTUGAL,

E

CATHARINA II.

IMPERATRIZ DE TODAS AS RUSSIAS,

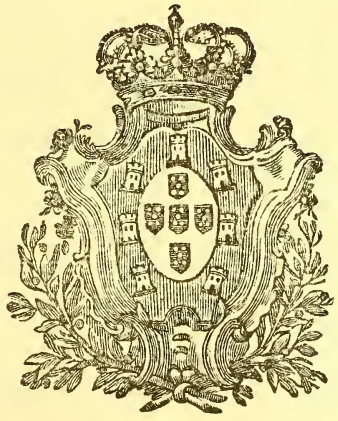
ASSINADO EM PETERSBURGO

PELOS PLENIPOTENCIARIOS

DE HUMA, E OUTRA CORTE

EM $\frac{2}{20}$ DE DEZEMBRO DE M. DCC. LXXXVII.

E RATIFICADO POR AMBAS AS MAGESTADES.



LISBOA

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO M. DCC. LXXXIX.

NÓS DONA MARIA, por graça de Deos, Rainha de Portugal, e dos Algarves, d' aquém, e d'além mar, em Africa Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Fazemos saber a todos os que a presente Carta de Confirmação, Approvação, e Ratificação virem: que em $\frac{9}{10}$ de Dezembro do anno de mil setecentos oitenta e sete proximo precedente se concluio, e assignou em S. Petersburgo hum Tratado de Amizade, de Navegação, e de Commercio entre Nós, e a Sereníssima, e Potentíssima Senhora Catharina Segunda, Imperatriz, e Autocratriz de todas as Russias, Irmã, e Amiga Nossa Carissima; sendo Plenipotenciarios para este effeito da Nossa parte Francisco José de Horta Machado, do Nosso Conselho, Nosso Ministro Plenipotenciario junto a Sua Magestade Imperial de todas as Russias, e Cavalheiro da Ordem de Christo; e por parte de Sua Magestade a mesma Imperatriz de todas as Russias, João Conde de Ostermann, Seu Vice-Chanceller, Conselheiro privado actual, Senador, e Cavalheiro das Ordens de Santo André, de Santo Alexandre Newsky, Grande Cruz da de S. Wladimir da primeira Classe, e de Santa Anna; Alexandre Conde de Woronzow, Conselheiro privado actual, Senador, Presidente do Collegio do Commercio, Camarista actual, e Cavalheiro da Ordem de Santo Alexandre Newsky, e Grande Cruz da de S. Wladimir da primeira Classe; Alexandre Conde de Bezborodko, Primeiro Mordomo da Sua Corte, Conselheiro pri-

NOUS CATHERINE SECONDE, par la grace de Dieu, Impératrice, & Autocratrice de toutes les Russies, de Moscovie, Kiovie, Wladimirie, Novogorod; Czarine de Kasan, Czarine d'Astracan, Czarine de Sibérie, Czarine de la Chersonèse Taurique, Dame de Plescau, & Grande-Ducheſſe de Smolensko; Ducheſſe d'Estonie, de Livonie, Carélie, Twer, Jugorie, Permie, Wiatka, Bolgarie, & d'autres; Dame & Grande-Ducheſſe de Novogorod inférieur, de Czernigovie, Résan, Polock, Rostov, Jaroslav, Belo-Osérie, Udorie, Obdorie, Condinie, Vitepsk, Mstislav; Dominatrice de tout le côté du Nord, Dame d'Ivérie, & Princeſſe héréditaire & Souveraine des Czars de Cartalinie & Géorgie, comme auſſi de Cabardinie, des Princes de Czircaſſie, de Gorsky, & d'autres. Faiſons ſçavoir par les préſentes à tous & un Chacun: Que Nos amés & Féaux, le Comte Jean d'Ostermann, Notre Vice-Chancellier, Conſeiller privé actuel, Sénateur, & Chevalier des Ordres de S.t André, de S.t Alexandre Newsky, Grand-Croix de celui de S.t Wladimir de la première Claſſe, & de S.te Anne; le Comte Alexandre de Worontzow, Notre Conſeiller privé actuel, Sénateur, Préſident du Collège de Commerce, Chambellan actuel, & Chevalier de l'Ordre de S.t Alexandre Newsky, & Grand-Croix de celui de S.t Wladimir de la première Claſſe; le Comte Alexandre de Bezborodko, Notre Premier Maître de la Cour, Conſeiller privé, Directeur Général des Poſtes, & Chevalier de l'Ordre de S.t Alexandre Newsky, &

privado, Director Geral das Poſtas, e Cavalheiro da Ordem de Santo Alexandre Newsky, e Grande Cruz da de S. Wladimir da primeira Claſſe; e Arcadi de Morcoff, Conſelheiro de Eſtado actual, Membro do Collegio dos Negocios Eſtrangeiros, e Grande Cruz da Ordem de S. Wladimir da ſegunda Claſſe; do qual Tratado o theor he o ſeguinte:

Em Nome da Santiſſima, e Indiviſivel Trindade.

SUa Mageſtade Fideliſſima a Rainha de Portugal, e Sua Mageſtade a Imperatriz de todas as Ruſſias, igualmente animadas do deſejo de promover a Navegação, o Commercio, e a Induſtria nos Seus Eſtados, reſolvêrão de concluir entre Si, os Seus Vaſſallos, e Dominios reſpectivos hum Tratado de Amizade, de Navegação, e de Commercio: E neſta conſideração nomeárão para Seus Plenipotenciarios; a ſaber: SUA MAGESTADE FIDELISSIMA a Rainha de Portugal ao Senhor Franciſco Joſé de Horta Machado, do ſeu Conſelho, ſeu Miniſtro Plenipotenciario junto a SUA MAGESTADE a IMPERATRIZ de todas

Grand-Croix de celui de S.t Wladimir de la première Claſſe; & Arcadi de Morcoff, Notre Conſeiller d'Etat actuel, Membre du Collège des Affaires Etrangères, & Grand-Croix de l'Ordre S.t Wladimir de la ſeconde Claſſe, ont été munis de Pleinpouvoirs de Notre part, pour entrer en négociation avec le Plénipotentiaire de Sa Majeſté la Reine de Portugal, François Joſeph de Horta Machado, de Son Conſeil, & Son Miniſtre Plénipotentiaire auprès de Notre Cour; les quels en vertu de leurs Pleinpouvoirs, échangés entr' eux, ont arrêté, conclu, & ſigné le $\frac{9}{20}$ du mois de Décembre de l'année 1787 un Traité d'Amitié, de Navigation, & de Commerce entre Nous, & Sa dite Majeſté la Reine de Portugal, & entre Nos Sujets, Empires, & Etats reſpectifs, dont la teneur eſt inſérée ici mot pour mot, ainſi qu'il ſuit:

Au Nom de la Très Sainte & Indiviſible Trinité.

SA Majeſté l'Impératrice de toutes les Ruſſies, & Sa Majeſté Très Fidelle la Reine de Portugal, également animées du deſir d'encourager la Navigation, le Commerce, & l'induſtrie de Leurs Sujets, ont réſolu de conclure entr' Elles, Leurs Sujets, Etats, & Domaines reſpectifs un Traité d' Amitié, de Navigation, & de Commerce: Et c'eſt dans cette vue qu' Elles ont choiſi, & nommé pour Leurs Plénipotentiaires ſçavoir: SA MAJESTE L'IMPERATRICE DE TOUTES LES RUSSIES, le Sieur Jean Comte d'Oſtermann, ſon Vice-Chancellier, Conſeiller privé actuel, Sénateur, & Chevalier des Ordres de

S.t

das as Ruſſias , e Cavalheiro da Ordem de Chriſto : E Sua Mageſtade a Imperatriz de todas as Ruſſias, ao Senhor João Conde de Oſtermann , ſeu Vice-Chanceller, Conſelheiro privado actual , Senador , e Cavalheiro das Ordens de Santo André , de Santo Alexandre Newsky , Grande Cruz da de S. Wladimir da primeira Claſſe , e de Santa Anna ; ao Senhor Alexandre Conde de Woronzow , Conſelheiro privado actual , Senador , Preſidente do Collegio do Commercio , Camariſta actual , e Cavalheiro da Ordem de Santo Alexandre Newsky , e Grande Cruz da de S. Wladimir da primeira Claſſe ; ao Senhor Alexandre Conde de Bezborodko , Primeiro Mordomo da Sua Corte , Conſelheiro privado , Director Geral das Poſtas , e Cavalheiro da Ordem de Santo Alexandre Newsky , e Grande Cruz da de S. Wladimir da primeira Claſſe ; e ao Senhor Arcadi de Morcoff , Conſelheiro de Eſtado actual , Membro do Collegio dos Negocios Eſtrangeiros , e Grande Cruz da Ordem de S. Wladimir da ſegunda Claſſe ; os quaes , depois de ſe haverem reſpectivamente communicado os ſeus Plenos-poderes , e conferido maduramente ſobre a materia , concluírão , e convierão nos Artigos ſeguintes.

ARTIGO I.

HAverá entre Suas Mageſtades a Rainha de Portugal , e a Imperatriz de todas as Ruſſias , ſeus Herdeiros , e Succeſſores , de huma , e de outra parte , e aſſim entre os ſeus reſpectivos Vaſſallos , huma Paz perpétua , boa intelligencia , e perfeita amizade : E a eſ-

S.t André , de S.t Alexandre Newsky , Grand-Croix de celui de S.t Wladimir de la première Claſſe , & de S.te Anne ; le Sieur Alexandre , Comte de Worontzow , Conſeiller privé actuel , Sénateur , Préſident du Collège de Commerce , Chambellan actuel , & Chevalier de l'Ordre de S.t Alexandre Newsky , & Grand-Croix de celui de S.t Wladimir de la première Claſſe ; le Sieur Alexandre , Comte de Bezborodko , Premier Maître de Sa Cour , Conſeiller privé , Directeur Général des Poſtes , & Chevalier de l'Ordre de S.t Alexandre Newsky , & Grand-Croix de celui de S.t Wladimir de la première Claſſe ; & le Sieur Arcadi de Morcoff , Conſeiller d'Etat actuel , Membre du Collège des Affaires Etrangères , & Grand-Croix de l'Ordre de S.t Wladimir de la ſeconde Claſſe , & Sa Majeste Très Fidelle la Reine de Portugal , le Sieur François Joſeph d'Horta Machado , de Son Conſeil , Son Miniſtre Plénipotentiaire auprès de Sa Majeste l'Imperatrice de toutes les Ruſſies , & Chevalier de l'Ordre de Chriſt ; les quels Plénipotentiaires après s'être reſpectivement communiqué leurs Pleinpouvoirs , ſont entrés en conférence , & ayant mûrement diſcuté la matière ont conclu , & arrêté les Articles ſuivans.

ARTICLE I.

IL ſubſiſtera entre Leurs Majeſtés l'Impératrice de toutes les Ruſſies , & la Reine de Portugal , Leurs Héritiers , & Succeſſeurs , de part , & d'autre , ainſi qu'entre Leurs Sujets , une paix perpétuelle , bonne intelligence , & parfaite amitié : A quel effet les deux Puiſ-

eſte fim as duas Potencias Contratantes ſe obrigão , tanto por Si, como por todos os Seus Vaſſallos, ſem excepção , a tratar-ſe reciprocamente como bons amigos em todas as occaſiões, aſſim por mar, como por terra, e aguas doces; e não ſómente a evitar quanto poſſa prejudicar a huns, e outros, mas a ſe ajudarem mutuamente com todos os auxilios poſſiveis , e ſobre tudo no que pertencer á Navegação , e ao Commercio.

ARTIGO II.

OS Vaſſallos Portuguezes gozaráõ na Ruſſia de huma perfeita liberdade de conſciencia, ſegundo os principios da inteira tolerancia, que alli ſe concede a todas as Religiões ; podendo livremente cumprir com as ſuas obrigações, e aſſiſtir ao Culto da ſua Religião , tanto em ſuas proprias caſas, como nas Igrejas públicas, que ſe achão eſtabelecidas na Ruſſia, ſem já mais encontrarem a menor difficuldade a eſte reſpeito.

Igualmente os Vaſſallos Ruſſianos nunca ſerão perturbados, nem moleſtados em Portugal relativamente á ſua Religião ; e ſe obſervará para com elles a eſte reſpeito o que ſe pratica com os Vaſſallos das outras Nações de huma differente Communhão, particularmente com os da Grande Bretanha.

ARTIGO III.

SUas ditas Mageſtades ſe obrigão mutuamente a fazer gozar os reſpectivos Vaſſallos Huma da Outra de todas as facilidades, aſſiſtencias , e protecção neceſſarias aos progreſſos do ſeu Commercio re-

ſances Contractantes s'engagent, tant pour Elles , que pour tous Leurs Sujets , ſans exception, de ſe traiter réciproquement en bons Amis dans toutes les occaſions, tant par mer, que par terre, & ſur les eaux douces, & d'éviter non ſeulement tout ce qui pourroit tourner au préjudice les uns des autres, mais de s'entr'aider mutuellement par toutes ſortes de bons offices, ſur tout en ce qui concerne la Navigation, & le Commerce.

ARTICLE II.

LEs Sujets Portugais jouiront en Ruſſie d'une parfaite liberté de conſcience conformément aux principes d'une entière tolérance, qu'on y accorde à toutes les Religions; ils pourront librement s'acquiter des devoirs , & vaquer au culte de leur Religion , tant dans leurs propres maiſons , que dans les Egliſes publiques qui y ſont établies , ſans éprouver jamais la moindre difficulté à cet égard.

Les Sujets Ruſſes ne ſeront de même jamais troublés, ni inquiétés en Portugal par rapport à leur Religion, & l'on obſervera envers eux à cet égard ce qui ſe pratique avec les Sujets des autres Nations d'une Communion différente, particuliérement avec ceux de la Grande Bretagne.

ARTICLE III.

LEurs dites Majeſtés s'engagent mutuellement de procurer aux Sujets reſpectifs l'Une de l'Autre toutes les facilités , aſſiſtances , & protection néceſſaires aux progrès de leur Commerce réciproque , &

ſur

reciproco, e ſobre tudo da Navegação directa entre os dous Eſtados em todos os lugares dos ſeus Dominios, aonde a Navegação, e o Commercio são actualmente, ou ſerão para o futuro permittidos a outras Nações Europeas. Mas em todos os caſos em que no preſente Tratado ſe não houver eſtipulado alguma izenção, ou prerogativa em favor dos Vaſſallos reſpectivos, elles ſe deverão ſujeitar quanto ao ſeu Commercio, aſſim por mar, como por terra, e aguas doces ás Pautas das Alfandegas, e ás Leis, Coſtumes, e Regulamentos do lugar, em que ſe acharem.

ARTIGO IV.

EM todos os Portos dos Eſtados reſpectivos, aonde a entrada, e o Commercio são livres ás Nações Europeas, as Altas Potencias Contratantes terão reciprocamente o direito de eſtabelecer Conſules Geraes, Conſules, e Vice-Conſules para vantajem dos ſeus Vaſſallos Commerciantes; os ditos Conſules Geraes, Conſules, e Vice-Conſules gozarão de toda a protecção das Leis; e ainda que elles não poderão exercitar qualidade alguma de Juriſdicção, poderão com tudo ſer eſcolhidos a contentamento das partes para arbitros das ſuas differenças; mas ſerá ſempre livre a eſtas meſmas partes dirigirem-ſe por preferencia ao Tribunal deſtinado para o Commercio, ou a outros Tribunaes, aos quaes os meſmos Conſules Geraes, Conſules, e Vice-Conſules, em tudo o que pertence aos ſeus proprios negocios, ſerão igualmente ſubordinados; e nunca poderão ſer eſcolhidos entre peſſoas que naſceſſem Vaſſallos da Po-

ſur tout de la navigation directe entre les deux Etats dans tous les lieux de leur Domination, où la Navigation, & le Commerce ſont actuellement, ou ſeront à l'avenir permis à d'autres Nations Européennes. Mais dans tous les cas où le préſent Traité n'aura pas ſtipulé quelque exemption, ou prérogative en faveur des Sujets reſpectifs, ils devront ſe ſoumettre pour leur Commerce, tant par mer, que par terre, & ſur les eaux douces, aux Tarifs des Douanes, ainſi qu'aux Loix, Coutumes, & Réglemens de l'endroit où ils ſe trouveront.

ARTICLE IV.

DAns tous les Ports des Etats reſpectifs, dont l'entrée, & le Commerce ſont ouverts aux Nations Européennes, les Hautes Parties Contractantes auront réciproquement le droit d'établir des Conſuls Généraux, Conſuls, & Vice-Conſuls pour l'avantage de leurs Sujets Commerçans; les dits Conſuls Généraux, Conſuls, & Vice-Conſuls y jouiront de toute la protection des Loix; & quoi qu'ils n'y pourront exercer aucune ſorte de juriſdiction, ils pourront néanmoins être choiſis du gré des parties pour Arbitres de leurs différends; mais il ſera toujours libre aux mêmes parties de s'addreſſer par préference au Tribunal deſtiné pour le Commerce, ou à d'autres Tribunaux auxquels les mêmes Conſuls Généraux, Conſuls, & Vice-Conſuls, en tout ce qui concerne leurs propres affaires, ſeront également ſubordonnés; & ils ne pourront jamais être choiſis parmi les Sujets nés de la Puiſſance chez la quelle

Potencia, em cujos Eſtados houverem de reſidir, ſó ſe tiverem alcançado huma expreſſa licença da meſma Potencia para poderem ſer acreditados como taes nos ſeus Dominios.

ARTIGO V.

OS Vaſſallos das duas Potencias Contratantes poderáõ nos Eſtados reſpectivos ajuntar-ſe com o ſeu Conſul em Corpo de Feitoria, e fazer entre ſi a bem do intereſſe commum da meſma Feitoria, as diſpoſiçõẽs, que lhes convierem, com tanto que nellas não haja couſa alguma contraria ás Leis, Eſtatutos, e Regulamentos do Paiz, ou lugar, onde ſe acharem eſtabelecidos.

ARTIGO VI.

OS Vaſſallos Commerciantes das duas Altas Potencias Contratantes pagaráõ pelas ſuas mercadorias nos Eſtados reſpectivos os direitos das Alfandegas, e os mais determinados nas Pautas actualmente em vigor, ou que exiſtirem no futuro. Mas a fim de animar cada vez mais o ſeu Commercio, ſe conveio de huma, e outra parte em lhes conceder as vantajens ſeguintes.

1.° Da parte da Ruſſia: Que os Vaſſallos Portuguezes poſsão pagar os direitos da Alfandega em toda a extensão do Imperio Ruſſiano em moeda corrente da Ruſſia, avaliando o Rixdaler em 125 Copecks, ſem ſerem obrigados a pagallos como antecedentemente em Rixdalers effectivos; exceptuando ſómente a Cidade, e Porto de Riga, aonde conforme o diſpoſto nos Regulamentos actualmente em vigor, os meſ-

ARTICLE V.

LEs Sujets des deux Puiſſances Contractantes pourront dans les Etats reſpectifs s'aſſembler avec leur Conſul en Corps de Factorie, & faire entr'eux, pour l'intérêt commun de la Factorie, les arrangemens qui leur conviendront, en tant qu'ils n'auront rien de contraire aux Loix, Statuts, & Réglemens du Pays où ils ſeront établis.

ARTICLE VI.

LEs Sujets Commerçans des deux Hautes Parties Contractantes payeront pour leurs marchandiſes dans les Etats reſpectifs les Douanes, & autres droits fixés par les tarifs actuellement en force, ou qui exiſteront à l'avenir. Mais afin que leur Commerce ſoit de plus en plus encouragé, on eſt convenu de part, & d'autre de leur accorder les avantages ſuivans.

1.° De la part de la Ruſſie: Que les Sujets Portugais pourront acquiter les Droits de Douane dans toute l'étendue de l'Empire Ruſſe en monnoie courante de Ruſſie, en évaluant le Rixdaler à 125 Copecks, ſans être aſſujettis à les payer, comme ci-devant, en Rixdalers effectifs, en exceptant ſeulement la Ville, & le Port de Riga, où ſelon la teneur des Ordonnances actuellement en force les Su-

jets

meſmos Vaſſallos Ruſſos devem pagar os direitos da Alfandega por toda a qualidade de mercadorias em Raixdalers effectivos.

2.° Todos os Vinhos da producção de Portugal, das Ilhas da Madeira, e dos Açores tranſportados para a Ruſſia em Navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e por conta de Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſos, não pagaráõ de direitos de entrada mais que quatro Rublos, e ſincoenta Copecks por cada barrica de ſeis ancoras; mas huns, e outros não poderáõ com tudo gozar deſta vantajem ſem apreſentar certidões do Conſul da Ruſſia, e na ſua falta, da Alfandega, ou do Magiſtrado da Terra, aonde os ditos Vinhos houverem ſido deſpachados, que atteſtem em como são verdadeiramente da producção das Terras aſſima mencionadas, e por conta de Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſos.

Quanto aos ſobreditos Vinhos, que forem tranſportados para a Ruſſia em Navios de outras Nações, ſe obſervará o que a Pauta Geral determina a eſte reſpeito.

3.° Sua Mageſtade a Imperatriz de todas as Ruſſias conſente que os Navios Portuguezes poſsão tranſportar em cada hum anno para Riga, e para Revel, em quanto durar o preſente Tratado, ſeis mil laſtes de Sal de Portugal, pagando ſómente por eſte genero ametade dos Direitos da Alfandega, determinados pelas Pautas que exiſtem, ou exiſtirem para o futuro nos ditos Portos; mas ſe tranſportarem maior quantidade, pagaráõ pelo excedente os direitos da Alfandega por inteiro ſem diminuição alguma. Com tudo porém os Navios Portuguezes não gozaráõ deſta vantajem ſem apre-

jets Ruſſes eux-mêmes doivent payer les droits de Douane pour toute eſpèce de marchandiſe en Rixdalers effectifs.

2.° Tous les Vins du cru du Portugal, des Isles de Madère, & des Açores importés en Ruſſie ſur des bâtimens Ruſſes, ou Portugais, & pour compte de Sujets Ruſſes, ou Portugais, ne payeront de droits d'entrée que quatre Roubles, & cinquante Copecks par barrique de ſix ancres; mais les uns, & les autres ne pourront jouir de cet avantage qu'en produiſant des certificats du Conſul de Ruſſie, & à ſon défaut de la Douane, ou du Magiſtrat de l'endroit, d'où les dits Vins auront été expédiés, qui conſtateront qu'ils ſont véritablement du cru des endroits ſuſmentionnés, & pour compte de Sujets, Ruſſes, ou Portugais.

Quant aux Vins ſuſmentionnés, qui ſeront importés en Ruſſie ſur d'autres Navires Etrangers, on s'en tiendra à ce que le Tarif général preſcrit à ce ſujet.

3.° Sa Majeſté l'Impératrice de toutes les Ruſſies conſent que les Navires Portugais puiſſent importer chaque année à Riga, & à Rével pendant la durée du préſent Traité ſix mille laſtes de Sel du Portugal, en ne payant pour cette denrée que la moitié des droits de Douane fixés par les Tarifs qui exiſtent, ou qui exiſteront á l'avenir dans les dits Ports; mais s'ils en importent une plus grande quantité, ils payeront pour le ſurplus les Droits de Douane en entier ſans aucune diminution. Au reſte les Navires Portugais ne jouiront de cet avantage qu'à condition de produi-

apreſentar certidões em devida fórma, que prôvem que o dito Sal he verdadeiramente da producção de Portugal, e que foi exportado em direitura do meſmo Reino a bordo de Navios Portuguezes, e por conta de Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſos. Mas ſe pelos cálculos das Alfandegas ſe provaſſe, que a quantidade privilegiada de Sal, importada juntamente aos dous Pórtos de Riga, e de Revel, excedêra dentro do meſmo anno a dos ſeis mil laſtes aqui eſtipulada, (o que ſeria contra o eſpirito do Tratado) as duas Cortes entre ſi tomaráõ expedientes, para que hum ſemelhante abuſo jámais torne a acontecer.

re des certificats en due forme qui prouvent que le dit Sel eſt véritablement du crû du Portugal; qu'il en a été exporté directement ſur des Navires Portugais & pour le compte de Sujets Ruſſes ou Portugais. Mais ſi par les relevés des Douanes il étoit prouvé que la quantité privilégiée de Sel importée dans les deux Ports de Riga, & de Revel enſemble eût excédé dans le courant de la même année, les ſix mille laſtes convenus (ce qui ſeroit contre l'eſprit du Traité) les deux Cours prendront entr'elles des arrangemens, afin qu'un pareil abus n'ait pas lieu par la ſuite.

ARTIGO VII.

EM reciprocidade das ſobreditas conceſsões, Sua Mageſtade Fideliſſima concede aos Vaſſallos da Ruſſia as vantajens ſeguintes.

1.° Os Negociantes Ruſſos, eſtabelecidos, ou que ſe eſtabelecerem para o futuro em Portugal, gozaráõ da prerogativa de terem Juizes Conſervadores ſobre o meſmo pé que ſe concedem, e ſe pratíca com a Nação Ingleza; mas ſe Sua Mageſtade Fideliſſima julgar a propoſito fazer hum novo Regulamento ſobre eſta materia para todos os Commerciantes Eſtrangeiros eſtabelecidos em ſeus Eſtados, ſem excepção alguma, os Vaſſallos Ruſſianos deveráõ igualmente ſujeitarſe a elle.

2.° Os meſmos Vaſſallos Ruſſianos teráõ igualmente a faculdade de recorrer á Junta do Commercio para os ſeus negocios mercantis, e alli ſe lhes fará huma prompta, e exacta juſtiça pela verificação dos factos, ſem as outras for-

ARTICLE VII.

EN réciprocité des ſusdites conceſſions Sa Majeſté Très Fidelle accorde aux Sujets de la Ruſſie les avantages ſuivans.

1.° Les Négocians Ruſſes établis, ou qui s'établiront à l'avenir en Portugal auront la prérogative d'avoir des Juges Conſervateurs ſur le même pied que cela eſt accordé, & ſe pratique pour la Nation Angloiſe; mais ſi Sa Majeſté Très Fidelle jugeoit à propos de faire un nouveau réglement ſur ce Sujet pour tous les Commerçans Etrangers établis dans ſes Etats ſans aucune exception, les Sujets Ruſſes devront auſſi s'y ſoumettre.

2.° Ils auront auſſi le droit de s'addreſſer à la Junta du Commerce pour leurs affaires mercantiles, où il leur ſera rendu une prompte, & exacte juſtice, après la vérification des faits, ſans les autres formalités de la procédure ordinaire con-

formalidades de procedimentos ordinarios, ſegundo as Leis, e uſos, que ſe praticão entre os Negociantes, a cujo fim Sua Mageſtade Fideliſſima dará, na occurrencia de caſos ſemelhantes, a juriſdicção neceſſaria á ſobredita Junta do Commercio.

3.° Os Negociantes Portuguezes, ou Ruſſianos não pagaráõ mais que ametade dos direitos de entrada, (debaixo de qualquer denominação que poſsão ter) na fórma que ſe achão eſtabelecidos nas Pautas, e Regulamentos, que actualmente exiſtem, ou no futuro exiſtirem em Portugal, ſobre as producções da Ruſſia abaixo eſpecificadas, quando forem tranſportadas em navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e por conta de Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſos; a ſaber: Toda a ſorte de taboado, e de madeiras deſtinadas á conſtrucção de navios, comprehendidos os maſtros; o canhamo, a linhaça, e o oleo de canhamo, e de linho; as barras de ferro de todas as dimensões, comprehendidos tambem os arcos de ferro; as ancoras, as peças de artilheria, as balas, e as bombas; mas os Vaſſallos reſpectivos não gozaráõ deſta diminuição ſem moſtrar por Certidões paſſadas em devida fórma pelo Conſul Portuguez, e na ſua falta pela Alfandega, ou Magiſtrado da terra, donde as ſobreditas mercadorias forem deſpachadas, que ellas são verdadeiramente da producção, ou manufacturas da Ruſſia, e que forão exportadas por conta de Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſos. Eſtas vantajens não ſerão concedidas a outros navios Eſtrangeiros, que introduzirem em Portugal as ſobreditas mercadorias da Ruſſia; mas ſe obſervará o que determi-

conformément aux Loix, & uſages qui ſe pratiquent parmi les Négocians; à quel effet Sa Majeſté Très Fidelle accordera, lors que les cas s'en préſenteront, la juriſdiction néceſſaire à la ſusdite Junta du Commerce.

3.° Les Négocians Ruſſes, ou Portugais ne payeront que la moitié des droits d'entrée (ſous quelque dénomination qu'ils puiſſent être) tels qu'ils ſont fixés par les tarifs, & Ordonnances qui exiſtent actuellement, ou qui exiſteront à l'avenir en Portugal ſur les productions de la Ruſſie ci-après ſpécifiées: Lorsqu'elles ſeront importées ſur des Navires Ruſſes, ou Portugais, & pour compte de Sujets Ruſſes, ou Portugais, ſavoir: Toutes ſortes de planches, & de bois deſtinés à la conſtruction des Vaiſſeaux, les mâts y compris, le Chanvre, la graine, & l'huile de Chanvre, & de lin, les barres de fer de toutes ſortes de dimenſions, les cercles de fer y compris auſſi, les ancres, les canons, les boulets, & les bombes; mais les Sujets reſpectifs ne jouiront de cette diminution qu'en prouvant par des certificats en due forme du Conſul Portugais, & à ſon defaut de la Douane, ou du Magiſtrat de l'endroit d'où les ſusdites marchandiſes auront été expediées, qu'elles, ſont véritablement du produit, ou des manufactures de la Ruſſie; & qu'elles ſont exportées pour compte de Sujets Ruſſes, ou Portugais. Ces avantages ne ſeront point accordés à d'autres Navires Etrangers, qui importeront en Portugal les ſusdites marchandiſes de la Ruſſie; mais l'on s'en tiendra à ce que les

minão as Pautas geraes a eſte reſpeito.

4.° Se dentro do tempo da duração deſte Tratado Sua Mageſtade Fideliſſima vier a conceder aos navios de qualquer outra Nação algum abatimento nos direitos da ſahida dos Vinhos, os Vaſſallos Ruſſianos gozaráõ tambem deſta vantajem nos Vinhos, que exportarem para os Portos da Ruſſia.

tarifs généraux preſcrivent a cet égard.

4.° Si pendant la durée de ce Traité Sa Majeſté Très Fidelle accorde aux Vaiſſeaux d'une autre Nation une diminution des droits de ſortie ſur les Vins, les Vaiſſeaux Ruſſes jouiront auſſi de cet avantage ſur les Vins qu'ils exporteront pour les ports de Ruſſie.

ARTIGO VIII.

ALém das vantajens reciprocas eſtipuladas pelos Artigos precedentes, as Altas Partes Contratantes tiverão ainda por conveniente, a fim de animar mais, e mais a navegação directa, e o commercio entre as Nações Portugueza, e Ruſſiana, conceder aos ſeus reſpectivos Vaſſallos as prerogativas ſeguintes: Sua Mageſtade Fideliſſima concede a diminuição de ametade dos direitos da Alfandega, eſtabelecidos pelas Pautas actuaes, ou pelas que exiſtirem para o futuro nos ſeus Eſtados, ſobre as fazendas da Ruſſia abaixo eſpecificadas, ſahindo ellas directamente da Ruſſia para Portugal; a ſaber: Os Brins, Lonas, e outras fazendas de linho, proprias para os velames dos navios, conhecidas debaixo das denominações de *Vlaams*, ou *Flaemiſch*, *Ravendoucs*, e *Calamandres* de linho, com a condição de provar por Certidões authenticas, que as ſobreditas fazendas são verdadeiramente da producção da Ruſſia, que forão exportadas directamente em navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e por conta de Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſos.

Em reciprocidade deſtas vantajens, Sua Mageſtade a Imperatriz

ARTICLE VIII.

OUtre les avantages réciproques ſtipulés par les Articles précédens, les Hautes Parties Contractantes ont encore jugé à propos afin d encourager d'autant mieux la navigation directe, & le Commerce entre les Nations Ruſſe, & Portugaiſe d'accorder aux Sujets reſpectifs les prérogatives ſuivantes: Sa Majeſté l'Impératrice de toutes les Ruſſies, accorde la diminution de la moitié des droits, qui exiſtent, ou qui exiſteront à l'avenir dans ſes Etats, ſur les marchandiſes de Portugal ci-après ſpécifiées, lorsqu'elles ſeront importées directement de Portugal en Ruſſie, ſavoir: L'huile d'Olive, l'indigo du Bréſil, & le Tabac du Bréſil en poudre, rouleaux, ou feuilles, à condition de prouver par des certificats en due forme que les ſusdites marchandiſes ſont véritablement des produits du Portugal, qu'elles en ont été exportées directement ſur des Navires Ruſſes, ou Portugais, & pour le compte de Sujets Ruſſes, ou Portugais.

En réciprocité de ces avantages Sa Majeſte Très Fidelle accorde

triz de todas as Ruſſias concede a diminuição de ametade dos direitos, que exiſtem, ou exiſtirem para o futuro nos ſeus Eſtados, ſobre as fazendas de Portugal abaixo declaradas, ſahindo ellas directamente de Portugal para a Ruſſia; a ſaber: O azeite de oliveiras, o anil do Brazil, e o tabaco do Brazil em pó, rolo, ou folhas, com a condição de provar igualmente por Certidões paſſadas na devida fórma, que as ſobreditas fazendas são verdadeiramente da producção de Portugal, que forão exportadas directamente em navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e por conta de Vaſſallos Portuguezes, ou Ruſſianos.

de la diminution de la moitié des droits de Douane fixés par les tarifs qui exiſtent, ou qui exiſteront à l'avenir dans ſes Etats ſur les marchandiſes de Ruſſie ci-après ſpecifiées, lorsqu'elles ſeront importées directement de Ruſſie en Portugal; ſavoir, les toiles à voile, celles nommées Vlaams, ou Flaemiſch, Ravendoucs, & Calamandres de lin à condition de prouver pareillement par des certificats en due forme, que les ſuſdites Marchandiſes ſont véritablement des produits de la Ruſſie, qu'elles en ont été importées directement ſur des Navires Ruſſes, ou Portugais, & pour le compte de Sujets Ruſſes, ou Portugais.

ARTIGO IX.

HAvendo outros differentes generos, e effeitos, aſſim da producção, e manufacturas de Portugal, e ſuas Colonias, como da producção, e manufacturas da Ruſſia, e dos ſeus differentes Dominios, e Conquiſtas, os quaes podem augmentar a Navegação, e o Commercio das duas Nações, e contribuir para a ſua vantajem reciproca, Sua Mageſtade Fideliſſima, e Sua Mageſtade Imperial, tomando eſta materia na ſua Alta conſideração, tem ordenado aos ſeus reſpectivos Miniſtros de examinar, e conferir ſobre todos, e cada hum dos referidos generos, e effeitos; e do que a eſte reſpeito ſe ajuſtar, e convier de huma, e outra parte, ſe farão novos Artigos, os quaes, ſendo approvados, e ratificados pelas duas Potencias Contratantes, ficarão fazendo parte deſte Tratado, como ſe foſſem incluidos, e tranſcritos nelle palavra por palavra.

ARTICLE IX.

COmme il y a d'autres effets, & marchandiſes auſſi bien de la production, & des manufactures de la Ruſſie, & de ſes différens Domaines, & Conquêtes, que de la production, & des manufactures du Portugal, & de ſes Colonies leſquels pourront augmenter la Navigation, & le Commerce des deux Nations, & contribuer à leur avantage réciproque, Sa Majeſté Impériale, & Sa Majeſté Très Fidelle prenant cet objet en leur Haute conſideration ont ordonné à leurs Miniſtres reſpectifs d'examiner, & conférer ſur tous, & chacun des ſuſdits effets, & marchandiſes; & de tout ce qui ſera ajuſté & convenu de part, & d'autre à cet egard l'on fera de nouveaux Articles; leſquels étant approuvés, & ratifiés par les deux Puiſſances Contractantes, feront partie de ce Traité comme s'ils y étoient inclus, & tranſcrits mot pour mot.

ARTIGO X.

COmo o fim das duas Altas Potencias Contratantes em conceder as vantajens eſtipuladas nos Artigos VI. VII. e VIII. , he unicamente de facilitar o Commercio, e a Navegação directa dos Vaſſallos Portuguezes na Ruſſia , e dos Vaſſallos Ruſſianos em Portugal, prohibem aos ſeus reſpectivos Vaſſallos de abuſar deſtas vantajens, dando-ſe por proprietarios de navios , ou fazendas , que lhes não pertençáo, debaixo da pena de que aquelle , ou aquelles, que fraudarem aſſim os devidos direitos, dando, ou empreſtando o ſeu nome a qualquer outro Negociante Eſtrangeiro , ſerão tratados conforme a diſpoſição das Leis, e Regulamentos eſtabelecidos a eſte reſpeito; a ſaber : Que tudo quanto ſe provar haver ſido aſſim falſamente declarado em Portugal debaixo do nome ſuppoſto de hum Portuguez , ou Ruſſo, ſerá confiſcado, e vendido a beneficio da Caſa dos Engeitados. Da meſma ſorte na Ruſſia tudo o que ſe provar haver ſido aſſim falſamente declarado debaixo do nome fingido de hum Portuguez, ou Ruſſo, ſerá confiſcado a beneficio dos eſtabelecimentos públicos em favor dos pobres.

Mas no caſo de haver denunciante da dita fraude, ſe deduzirá a favor delle ametade da importancia da venda dos generos confiſcados, que o dito denunciante receberá em remuneração da ſua denúncia : o que ſe praticará tanto em Portugal, como na Ruſſia.

ARTICLE X.

LE but des deux Hautes Parties Contractantes en accordant les avantages ſtipulés dans les Articles VI. VII. & VIII. étant uniquement de faciliter le Commerce, & la Navigation directe des Sujets Ruſſes en Portugal , & des Sujets Portugais en Ruſſie, Elles deffendent réciproquement à leurs Sujets d'abuſer de ces avantages , en ſe donnant pour propriétaires de navires , ou de marchandiſes , qui ne leur appartiendront pas, ſous peine à celui ou ceux qui auroient ainſi fraudé les droits en prêtant leur nom a quelqu' autre Negociant Etranger d'être traités ſelon la teneur des Loix, & Réglemens émanés à cet égard, ſavoir; que tout ce qui ſera prouvé être ainſi fauſſement déclaré en Portugal ſous un nom emprunté Ruſſe, ou Portugais ſera confiſqué , & vendu au profit de la maiſon des enfans trouvés: Pareillement en Ruſſie tout ce qui ſera prouvé être ainſi fauſſement déclaré ſous un nom emprunté Ruſſe ou Portugais ſera confiſqué au profit des établiſſemens publics en faveur des pauvres.

Mais au cas qu'il y ait un dénonciateur de la dite fraude on déduira en ſa faveur la moitié de la vente des objets confiſqués, ce qu'il recevra pour ſa récompenſe ſoit en Ruſſie, ſoit en Portugal.

ARTIGO XI.

NÃo ſerão reconhecidos por navios Portuguezes, ou Ruſſianos ſenão os que eſtiverem exactamente no caſo das Ordenações, e Regulamentos actualmente em vigor nos ſeus reſpectivos Paizes; a ſaber: Os navios Portuguezes deverão conter o numero de Vaſſallos da meſma Nação determinado pelos Regulamentos de Sua Mageſtade Fideliſſima, iſto he: Que o Meſtre, Contra-Meſtre, e duas terças partes da tripulação ſejão Portuguezes.

A propriedade Portugueza de hum tal navio, e da ſua carga deverá tambem ſer authenticada do meſmo modo aſſima declarado, e o navio ſerá munido de hum Paſſaporte, expedido pela Secretaria de Eſtado da Marinha.

Os navios Ruſſianos ſe conformarão ao Artigo XVI. do Edicto de Sua Mageſtade Imperial de 27 de Setembro de 1782, que ſerve de introducção á Tarifa geral, na fórma ſeguinte: » Eſta diminuição » dos direitos da Alfandega não he » concedida ſenão áquelles dos noſ- » ſos Vaſſallos, que introduzirem, » ou exportarem fazendas por ſua » propria conta em navios Ruſſianos, » a bordo dos quaes haverá ao menos » ametade dos marinheiros, que ſe- » jão Vaſſallos do Noſſo Imperio. »

Além

ARTICLE XI.

ON ne reconnoîtra pour Navires Ruſſes ou Portugais que ceux qui ſeront exactement dans le cas des Ordonnances, & Réglemens actuellement en force dans leur Pays reſpectif; ſavoir: Pour les navires Ruſſes ils ſe conformeront à l'Article XVI. de l'Edit de Sa Majeſté Impériale du 27. Septembre 1782. ſervant d'introduction au tarif général de la teneur ſuivante: » Cette diminution des droits de » Douane n'eſt accordée qu' à ceux » de Nos Sujets qui importeront, » ou exporteront des marchandiſes » pour leur propre compte ſur des » Vaiſſeaux Ruſſes, ſur les quels il » y aura au moins la moitié des ma- » telots Sujets de Notre Empire. »

De plus la propriété Ruſſe d'un tel navire & de ſa cargaiſon doit être atteſtée par des documens en due forme; & ſi le navire a fait voile de S.t Petersbourg, il devra être muni d'un Paſſeport de l'Amirauté; mais s'il eſt parti d'un autre Port de Ruſſie, où il n'y ait pas d'Amirauté, le Paſſeport, ſoit de la Douane de cet endroit, ſoit du Magiſtrat, ou de tel autre prépoſé à cet effet, ſera valable.

Pour les navires Portugais, ils devront être munis du nombre de Sujets Portugais fixé par les Réglemens de Sa Majeſté Très Fidelle; ſavoir: Que le Maître, Contre-Maître, & les deux tiers de l'équipage devront être Portugais.

Além diſto a propriedade Ruſſiana de hum tal navio, e da ſua carga deve ſer authenticada por documentos paſſados em devida fórma: ſe o navio ſahir de S. Petersburgo, deve ir munido de hum Paſſaporte do Almirantado; mas ſe ſahir de outro Porto da Ruſſia, aonde não haja Almirantado, o Paſſaporte, ou ſeja expedido pela Alfandega, ou pelo Magiſtrado do lugar, ou por quem fizer as ſuas vezes, ſerá válido.

As duas Altas Potencias Contratantes farão remetter reciprocamente alguns exemplares authenticos da formalidade dos ditos documentos, e Paſſaportes, para ſe guardarem nos diverſos Portos dos Eſtados reſpectivos, a fim de ſe cotejarem com os que trouxerem os Navios, e de ſe verificar aſſim a ſua legitimidade.

ARTIGO XII.

PAra authenticar a propriedade Portugueza, ou Ruſſiana das mercadorias exportadas de Portugal para a Ruſſia, deverão apreſentar-ſe Certidões dos Conſules Geraes, Conſules, ou Vice-Conſules da Ruſſia, que reſidirem em Portugal; ou ſe o navio ſahir de hum Porto, aonde não haja Conſul Geral, Conſul, ou Vice-Conſul, baſtarão Certidões paſſadas em devida fórma pelo Magiſtrado do lugar, ou por outra qualquer peſſoa para eſte fim authorizada; e os ditos Conſules Geraes, Conſules, ou Vice-Conſules da Ruſſia em Portugal não poderão pertender, ou exigir mais de ſeiscentos reis por paſſar a dita Certidão, debaixo de qualquer pretexto que ſeja.

Da meſma ſorte para authenticar

La propriété Portugaiſe d'un tel navire & de ſa cargaiſon devra auſſi être atteſtée de la même manière ci-deſſus exprimée, & le navire devra être muni d'un Paſſeport expédié par la Secrétairerie d'Etat du Département de la Marine.

Les deux Hautes Parties Contractantes ſe feront parvenir réciproquement quelques exemplaires authentiques de la forme des dits documens, & Paſſeports; afin qu'ils ſoient gardés dans les différens Ports des Etats reſpectifs pour les comparer à ceux dont les navires ſeront munis, & s'aſſurer ainſi de leur validité.

ARTICLE XII.

POur conſtater la propriété Ruſſe ou Portugaiſe des marchandiſes exportées de Portugal en Ruſſie, on devra produire des certificats des Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls de Ruſſie réſidans en Portugal, ou ſi le navire a fait voile d'un Port, où il n'y ait pas de Conſul Général, Conſul, ou Vice-Conſul de Ruſſie, on ſe contentera des certificats en due forme du Magiſtrat du lieu, ou de telle autre perſonne prépoſée à cet effet, & les dits Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls de Ruſſie en Portugal ne pourront rien exiger au delà d'un cruzado & demi pour l'expédition d'un tel certificat, ſous quelque prétexte que ce ſoit.

De même pour conſtater la propriété-

car a propriedade Portugueza, ou Ruſſiana das fazendas exportadas da Ruſſia para Portugal, ſe deverão apreſentar Certidões dos Conſules Geraes, Conſules, ou Vice-Conſules de Portugal reſidentes na Ruſſia; ou ſe o navio ſahir de algum Porto, aonde não haja Conſules Geraes, Conſules, ou Vice-Conſules de Portugal, baſtarão Certidões da Alfandega, ou do Miniſtro do lugar, donde o Navio ſe tiver feito á véla, ou da Peſſoa para eſte fim authorizada; e os ditos Conſules Geraes, Conſules, ou Vice-Conſules Portuguezes tambem não poderão pretender mais de hum Rublo pela expedição das ditas Certidões, debaixo de qualquer pretexto que ſeja.

ARTIGO XIII.

PAra prevenir as fraudes dos direitos da Alfandega nos Eſtados reſpectivos, ou ſeja por contrabando, ou por qualquer outro modo, as duas Altas Potencias Contratantes igualmente convierão, que em tudo o que toca á viſita dos navios mercantes, ás declarações das fazendas, ao tempo de as apreſentar, ao modo de as verificar, e em geral a tudo o que diz reſpeito ás cautelas, que ſe devem tomar para evitar os ditos contrabandos, e ás penas que ſe devem impôr aos Contrabandiſtas, ſe obſervarão em cada Paiz as Leis, Regulamentos, e Coſtumes nelles eſtabelecidos, ou que ſe eſtabelecerem no futuro.

Em todos os caſos aſſima referidos as duas Potencias Contratantes ſe obrigão reciprocamente de não tratar os Vaſſallos da outra com mais rigor que os ſeus proprios Vaſ-

priété Ruſſe ou Portugaiſe des marchandiſes exportées de la Ruſſie en Portugal, on devra produire des certificats des Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls de Portugal réſidans en Ruſſie, ou ſi le Navire a fait voile d'un Port où il n'y ait pas de Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls Portugais, on ſe contentera des certificats de la Douane, ou du Magiſtrat du lieu, d'où le dit navire aura fait voile, ou de telle autre perſonne prépoſée à cet effet; & les dits Conſuls Généraux, Conſuls, ou Vice-Conſuls Portugais ne pourront de même rien exiger au delà d'un Rouble pour l'expédition des dits certificats, ſous quelque prétexte que ce ſoit.

ARTICLE XIII.

POur prévenir les fraudes des droits de Douane dans les Etats reſpectifs, ſoit par la contrebande, ou de quelqu'autre manière, les deux Hautes Parties Contractantes conviennent également, que pour tout ce qui regarde la viſite des navires marchands, les déclarations des marchandiſes, le tems de les préſenter, la manière de les vérifier, & en général pour tout ce qui concerne les précautions à prendre contre la contrebande, & les peines à infliger aux Contrebandiers, l'on obſervera dans chaque Pays les Loix, Réglemens, & Coûtumes, qui y ſont établies, ou qu'on y établira à l'avenir.

Dans tous le cas ſuſmentionnés, les deux Puiſſances Contractantes s'engagent réciproquement à ne pas traiter les Sujets reſpectifs avec plus de rigueur, que ne le

Vaſſallos, quando commettem ſemelhantes contravenções.

ARTIGO XIV.

TOdas as vezes que os navios Portuguezes, ou Ruſſianos forem obrigados, ou ſeja por tempeſtades, ou perſeguidos de algum Pirata, ou em fim por qualquer outro incidente, a refugiar-ſe nos Portos dos Eſtados reſpectivos, nelles poderão fazer os concertos de que preciſarem, prover-ſe de tudo o que lhes for neceſſario, e tornar a ſahir livremente, ſem pagar direito algum da Alfandega, nem qualquer outro, exceptuando ſómente os direitos dos Faroes, e dos Portos, com tanto que durante a ſua demora nos ditos Portos, ſe não tire fazenda alguma dos referidos navios, e ainda menos que nada ſe ponha em venda; mas ſe o Commandante de algum delles julgar conveniente pôr em venda qualquer fazenda, ſerá obrigado a conformar-ſe ás Leis, Ordenações, e Pautas da terra, em que ſe achar.

ARTIGO XV.

AS Náos de Guerra das duas Potencias alliadas acharáõ igualmente nos Eſtados reſpectivos as Enceadas, Rios, Portos, e Barras livres, e abertas para entrar, ou ſahir, e demorar-ſe ancoradas por todo o tempo que lhes for neceſſario, ſem ſujeição a viſita alguma, conformando-ſe igualmente ás Leis geraes da Policia, e do Tribunal da Saude, eſtabelecidas nos Eſtados reſpectivos.

Nos Portos grandes não poderáõ

ſont leurs propres Sujets, lorſqu'ils tombent dans les mêmes contraventions.

ARTICLE XIV.

TOutes les fois que les navires Ruſſes, ou Portugais ſeront obligés, ſoit par des tempêtes, ſoit pour ſe ſouſtraire à la pourſuite de quelque Pirate, ou pour quelque autre accident, de ſe réfugier dans les Ports des Etats reſpectifs, ils pourront s'y radouber, ſe pourvoir de toutes les choſes qui leur ſeront néceſſaires, & ſe remettre en mer librement ſans payer aucun droit de Douane, ni aucun autre, à l'exception ſeulement des droits de fanaux, & de Ports, moyennant que pendant leur ſéjour dans les dits Ports on ne tire aucune marchandiſe des ſuſdits Navires, encore moins qu'on n'expoſe quoi que ce ſoit en vente; mais ſi le Chef de quelqu'un des mêmes Navires jugeoit à propos de mettre quelque marchandiſe en vente, il ſera tenu à ſe conformer aux Loix, Ordonnances, & Tarifs de l'endroit où il ſe trouvera.

ARTICLE XV.

LEs Vaiſſeaux de Guerre des deux Puiſſances Alliées trouveront également dans les Etats reſpectifs les Rades, Rivières, Ports, & Havres libres & ouverts pour entrer ou ſortir, & demeurer à l'ancre tant qu'il leur ſera néceſſaire, ſans ſubir aucune viſite, en ſe conformant de même aux Loix générales de Police, & à celles des Bureaux de Santé, établies dans les Etats reſpectifs.

Dans les grands Ports il ne pour-

ráõ entrar por cada vez mais de ſeis Navios de Guerra, e nos pequenos mais de tres, ſem que ſe haja pedido, e alcançado licença para maior numero : E pelo que diz reſpeito á proviſão de mantimentos, calafetos, e concertos de Navios, viveres, e refreſcos, eſtes ſe poderáõ comprar aos preços correntes ſem algum embaraço, ou impedimento, qualquer que elle ſeja ; e ſe praticará com as ditas Náos de Guerra o meſmo que ſe pratica com as das mais Naçõeſ.

pourra pas entrer plus de ſix Vaiſſeaux de Guerre à la fois ; & dans les petits, trois ; à moins qu'on n'ait demandé, & obtenu la permiſſion pour un plus grand nombre. Et pour tout ce qui regarde le ravitaillement, radoubement, vivres, & rafraichiſſemens, on pourra les acheter aux prix courans, ſans aucun embarras ni empêchement quelquonque, & on pratiquera avec les dits Vaiſſeaux de Guerre ce qui ſe pratique avec ceux de toutes les autres Nations.

ARTIGO XVI.

QUanto ao Ceremonial das Salvas dos Navios, as duas Altas Potencias Contratantes convierão em o regular, ſegundo os principios de huma perfeita igualdade entre as duas Coroas : E aſſim quando as Náos das duas Potencias Contratantes ſe encontrarem no mar, ſe regularáõ de huma, e outra parte, a reſpeito das ſalvas, pelas Patentes dos Officiaes Commandantes : de maneira, que os da meſma graduação, ou de igual Patente não ſerão obrigados a ſalvar-ſe huns a outros ; mas os Navios commandados por Officiaes de huma Patente ſuperior, receberáõ a ſalva dos inferiores, e correſponderáõ peça por peça.

Na Barra, ou na entrada de qualquer Porto, em que houver guarnição, os Navios das Altas Potencias Contratantes ſerão igualmente obrigados a dar a ſalva do coſtume, e ſe lhes reſponderá da meſma ſorte peça por peça.

ARTICLE XVI.

QUant au Cérémonial du Salut des Navires, les deux Hautes Parties Contractantes ſont convenues de le régler ſelon les principes d'une parfaite égalité entre les deux Couronnes. Lors donc que les Vaiſſeaux des deux Puiſſances Contractantes ſe rencontreront en mer, ils ſe régleront de part, & d'autre, pour le ſalut, d'après le grade des Officiers Commandans des Vaiſſeaux, de maniè-re que ceux d'un rang égal ne ſeront pas obligés de ſe ſaluer, tandis que les Vaiſſeaux commandés par des Officiers d'un rang ſupérieur recevront à chaque fois le ſalut des inférieurs, en le rendant coup pour coup.

A l'entrée d'un Port où il y aura garniſon, les Vaiſſeaux des Hautes Parties Contractantes ſeront également tenus au ſalut d'uſage, & il y ſera répondu de même coup pour coup.

ARTIGO XVII.

OS Navios de Guerra de huma das Potencias Contratantes nos Portos da outra, e as peſſoas pertencentes ás ſuas tripulações, não poderáõ ſer detidas, ou embaraçadas para ſahirem dos ditos Portos, quando os Commandantes dos taes Navios quizerem dar á véla. Os meſmos Commandantes devem com tudo abſter-ſe eſcrupuloſamente de dar aſylo algum a ſeu bordo a deſertores, e outros fugitivos, quaeſquer que elles ſejão, contrabandiſtas, ou malfeitores; e menos ainda tolerar, que nos ditos Navios ſe recebão effeitos, ou fazendas, que lhes poſsão pertencer, ou que houverem roubado, nem as declaradas de contrabando. E não deveráõ ter difficuldade alguma em entregar ao Governo aſſim os referidos criminoſos, como os effeitos aſſima mencionados, quando ſe acharem a ſeu bordo.

Pelo que pertence ás dividas, e aos delictos peſſoaes dos Individuos, de que ſe compuzerem as tripulações dos ſobreditos Navios, ſerá cada hum ſujeito ás penas eſtabelecidas pelas Leis do Paiz, em que ſe achar.

ARTIGO XVIII.

OS Navios mercantes pertencentes a Vaſſallos de huma das Potencias Contratantes, e as peſſoas das ſuas tripulações não poderáõ igualmente ſer prezas, nem tomadas as ſuas fazendas nos Portos da outra, excepto no caſo de embargo, ou tomadia por Juſtiça, ou ſeja por dividas peſſoaes, contrahidas no meſmo Paiz pelos Donos

ARTICLE XVII.

LEs Vaiſſeaux de Guerre d'une des Puiſſances Contractantes dans les Ports de l'autre, & les perſonnes de leurs équipages ne pourront pas être détenus ni empêchés de ſortir des dits Ports, lors que les Commandans de ces Vaiſſeaux voudront mettre à la voile. Les mêmes Commandans doivent cependant s'abſtenir ſcrupuleuſement de donner azyle ſur leur bord à des déſerteurs, ou d'autres fugitifs quels qu'ils ſoient, contrebandiers, ou malfaiteurs; moins encore tolérer qu'on y reçoive des effets, ou marchandiſes qui puiſſent leur appartenir, ou qu'ils auroient enlevées, ni celles déclarées de contrebande. Et ils ne devront faire aucune difficulté de livrer au Gouvernement auſſi bien les dits criminels, que les biens cideſſus marqués, lors qu'ils les trouveront à leur bord.

Et pour ce qui regarde les dettes, & les délits perſonnels de ceux qui appartiendront aux équipages des dits Vaiſſeaux, chacun ſera aſſujetti aux peines établies par les Loix du Pays où il ſe trouvera.

ARTICLE XVIII.

LEs Vaiſſeaux marchands appartenans aux Sujets d'une des Puiſſances Contractantes, ni perſonne de leurs équipages ne pourront pas non plus être arrêtées, ni leurs marchandiſes ſaiſies dans les Ports de l'autre; excepté dans le cas d'arrêt, ou de ſaiſie de Juſtice, ſoit pour dettes perſonnelles, contractées dans le Pays même par les

Pro-

nos dos Navios, ou da Carregação; ou por haverem recebido a bordo fazendas declaradas de contrabando pelos regulamentos das Alfandegas, ou seja por se haverem occultado nos ditos Navios effeitos de fallidos, ou de outros devedores, em prejuizo de seus legitimos crédores; ou por quererem favorecer a fuga, e evasão de algum desertor das Tropas de terra, ou de mar, ou de Contrabandistas, ou de outro individuo, qualquer que elle seja, não estando munido de hum Passaporte legal: porque estes fugitivos deverão ser entregues ao Governo, da mesma sorte que os criminosos que se tiverem refugiado nos taes Navios. Bem entendido, que o Governo procurará cuidadosamente nos respectivos Estados, que os Navios não sejão detidos por mais tempo do que o indispensavelmente necessario.

Em todos os casos assima mencionados, assim como a respeito dos delictos pessoaes, se observará o que se acha estipulado no Artigo precedente.

ARTIGO XIX.

SE hum marinheiro desertar do seu Navio, será entregue ao Chefe da tripulação a que pertencer, logo que o requeira; e em caso de rebellião, o Dono do Navio, ou o Chefe da tripulação, poderá requerer auxilio para submetter os levantados; o que o Governo nos Estados respectivos deverá promptamente conceder-lhe, e assim tambem todos os soccorros, de que poderá necessitar para proseguir a sua viagem sem risco, e sem demora.

Propriétaires du Navire, ou de la Cargaison, soit pour avoir recelé à bord des marchandises déclarées de contrebande par les tarifs des Douanes; soit pour y avoir recelé des effets qui y auroient été cachés par des Banqueroutiers, ou autres débiteurs, au préjudice de leurs créanciers légitimes; soit pour avoir voulu favoriser la fuite, ou l'évasion de qualque déserteur des Troupes de terre ou de mer, de contrebandiers, ou de quelqu'autre individu que ce soit, qui ne seroit pas muni d'un Passeport légal: de tels fugitifs devront être remis au Gouvernement, aussi bien que les criminels qui auroient pu se réfugier sur un tel Navire. Bien entendu que le Gouvernement veillera soigneusement dans les Etats respectifs à ce que les dits Navires ne soient pas retenus plus long tems qu'il ne sera absolument néceſſaire.

Dans tous les cas susmentionnés ainsi qu'à l'égard des délits personnels on observera ce qui a été stipulé dans l'Article précédent.

ARTICLE XIX.

SI un matelot déserte de son Vaisseau, il sera livré à la réquisition du Chef de l'équipage auquel il appartiendra, & en cas de rebellion le propriétaire du Navire, ou le Chef de l'équipage pourra requérir main forte pour ranger les révoltés à leur devoir, ce que le Gouvernement dans les Etats respectifs devra s'empresser de lui accorder, ainsi que tous les secours dont il pourra avoir besoin pour continuer son voyage sans risque, & sans retard.

ARTIGO XX.

OS Navios Portuguezes, ou Ruſſianos não poderáõ de modo algum ſer obrigados a ſervir na guerra nos reſpectivos Eſtados, nem ainda de tranſportes contra ſua vontade.

ARTIGO XXI.

OS Navios Portuguezes, ou Ruſſianos, e as ſuas tripulações, tanto marinheiros, como paſſageiros, ou ſejão nacionaes, ou ainda Vaſſallos de huma Potencia Eſtrangeira, receberáõ nos Eſtados reſpectivos toda a aſſiſtencia, e protecção, que ſe deve eſperar de huma Potencia Amiga, e Alliada; e nenhum individuo pertencente ás tripulações dos ditos Navios, nem ainda dos paſſageiros, poderá ſer obrigado a entrar contra ſua vontade no ſerviço da outra Potencia, exceptuados ſómente os ſeus proprios Vaſſallos, que terá direito de reclamar.

ARTIGO XXII.

QUando huma das duas Altas Potencias Contratantes tiver guerra com outros Eſtados, nem por iſſo os Vaſſallos da Potencia Alliada deixaráõ de continuar livremente a ſua navegação, e o ſeu commercio com eſſes meſmos Eſtados; e para melhor demonſtrar aos Vaſſallos Commerciantes reſpectivos a importancia, que Ellas dão igualmente aos principios, e regras eſtipuladas para a ſegurança, e vantajem do commercio em geral na Convenção maritima concluida entre Ellas em S. Petersburgo em $\frac{13}{24}$ de Julho de 1782, a confir-

ARTICLE XX.

LEs Navires Ruſſes, ou Portugais ne ſeront jamais forcés de ſervir en guerre dans les Etats reſpectifs, ni à aucun tranſport contre leur gré.

ARTICLE XXI.

LEs Vaiſſeaux Ruſſes, ou Portugais ainſi que leur équipage, tant matelots que paſſagers, ſoit nationnaux, ſoit même Sujets d'une Puiſſance Etrangère recevront dans les Etats reſpectifs toute l'aſſiſtance, & protection qu'on doit attendre d'une Puiſſance Amie, & Alliée, & aucun individu, appartenant à l'équipage des dits Navires, non plus que les paſſagers, ne pourra être forcé d'entrer malgré lui au ſervice de l'autre Puiſſance, excepté ſeulement ſes propres Sujets, qu'Elle ſera en droit de réclamer.

ARTICLE XXII.

LOrsqu'une des deux Hautes Parties Contractantes ſera en guerre contre d'autres Etats, les Sujets de ſon Alliée n'en continueront pas moins librement leur Navigation, & leur Commerce avec ces mêmes Etats; & pour démontrer d'autant mieux aux Sujets Commerçans reſpectifs l'importance qu'Elles attachent également aux principes, & règles ſtipulées pour la ſûreté, & l'avantage du Commerce en général dans la Convention maritime, conclue entr' Elles à S.t Petersbourg le $\frac{13}{24}$ Juillet 1782. Elles la confirment par le

pré-

firmão pelo preſente Tratado, e a ratificão em todo o ſeu conteúdo, como ſe foſſe aqui tranſcrita palavra por palavra.

préſent Traité, & la ratifient dans tout ſon contenu, comme ſi elle étoit ici inſcrite mot à mot.

ARTIGO XXIII.

AInda que pelos Artigos I. e III. da dita Convenção maritima o contrabando de guerra ſeja claramente eſpecificado, de maneira, que tudo que nella ſe não achar expreſſamente nomeado, deva ſer inteiramente livre, e izento de qualquer apprehensão; com tudo como ſe movêrão algumas difficuldades na ultima guerra maritima a reſpeito da liberdade, de que devem gozar as Nações neutraes, de comprarem Navios pertencentes ás Potencias belligerantes, ou aos ſeus Vaſſallos: E querendo as Altas Potencias Contratantes não deixar dúvida alguma ſobre eſta materia, tem por conveniente eſtipular, que em caſo de guerra que huma d'Ellas tenha com qualquer outro Eſtado, os Vaſſallos da outra Potencia Contratante, que ficar neutral na dita guerra, poderáõ livremente comprar, ou mandar conſtruir por ſua conta, e em qualquer tempo que ſeja, quantos navios quizerem nos Dominios da Potencia, que tiver guerra com a outra Potencia Contratante, ſem experimentarem a menor difficuldade da parte deſta, com tanto que os ditos navios mercantes ſejão munidos de todos os documentos neceſſarios, para authenticar a propriedade, e a compra legal feita pelos Vaſſallos da Potencia neutral.

ARTICLE XXIII.

QUoique par les Articles I. & III. de la dite Convention maritime la contrebande de guerre ſoit clairement ſpécifiée, de manière que tout ce qui n'y eſt pas nommément exprimé doit être entiérement libre, & à l'abri de toute ſaiſie: Cependant comme il s'eſt élevé quelques difficultés pendant la dernière guerre maritime, touchant la liberté, dont les Nations neutres doivent jouir, d'acheter des Vaiſſeaux appartenans aux Puiſſances bélligérantes, ou à leurs Sujets, les Hautes Parties Contractantes, voulant ne laiſſer aucun doute ſur cette matière, trouvent convenable de ſtipuler, qu'en cas de guerre de l'une d'entr'Elles contre quelqu'autre Etat que ce ſoit, les Sujets de l'autre Puiſſance Contractante qui ſera reſtée neutre dans cette guerre pourront librement acheter, ou faire conſtruire pour leur propre compte, & en quelque tems que ce ſoit, autant de navires qu'ils voudront chez la Puiſſance en guerre contre l'autre Partie Contractante, ſans être aſſujettis à aucune difficulté de la part de celle-ci, à condition que les dits navires marchands ſoient munis de tous les documens néceſſaires pour conſtater la propriété, & l'acquiſition légale des Sujets de la Puiſſance neutre.

ARTIGO XXIV.

NA conformidade dos meſmos principios as duas Altas Potencias Contratantes ſe obrigão reciprocamente, no caſo que huma d'Ellas venha a ter guerra com qualquer outra Potencia, de não atacar já mais os navios do ſeu inimigo, ſenão fóra do alcance da artilheria das coſtas maritimas da ſua Alliada.

Da meſma ſorte ſe obrigão a obſervar a mais exacta neutralidade em todos os Portos, Bahias, Golfos, e outras aguas comprehendidas debaixo da denominação de aguas fechadas, que lhes pertencem reſpectivement.

ARTIGO XXV.

QUando huma das duas Potencias Contratantes ſe achar em guerra com outro qualquer Eſtado, os ſeus navios de Guerra, ou Armadores particulares, terão direito de viſitar os navios mercantes pertencentes aos Vaſſallos da outra Potencia Contratante, que encontrarem navegando ſem comboio ou nas coſtas, ou em alto mar. Mas ao meſmo tempo que he expreſſamente prohibido a eſtes ultimos de lançar papel algum ao mar em ſemelhante caſo; não he menos eſtreitamente defendido aos ditos navios de Guerra, ou Armadores de nunca ſe chegarem a tiro de peça dos ditos navios mercantes. E a fim de prevenir toda a deſordem, e violencia, as Altas Potencias Contratantes convem em que os primeiros nunca poderáõ mandar mais de dous, ou tres homens nas ſuas lanchas a bordo dos ultimos,

ARTICLE XXIV.

COnformément aux mêmes principes, les deux Hautes Parties Contractantes s'engagent réciproquement, au cas que l'une d'entr' Elles fût en guerre contre quelque Puiſſance que ce ſoit, de n'attaquer jamais les Vaiſſeaux de ſes ennemis que hors de la portée du canon des Côtes de ſon alliée.

Elles s'obligent de même d'obſerver la plus parfaite neutralité dans tous les Ports, havres, golphes, & autres eaux, compriſes ſous la dénomination d'eaux cloſes, qui leur appartiennent reſpectivement.

ARTICLE XXV.

LOrsqu'une des deux Puiſſances Contractantes ſera engagée dans une guerre contre quelqu'autre Etat, ſes Vaiſſeaux de Guerre, ou Armateurs particuliers auront le droit de faire la viſite des navires marchands appartenans aux Sujets de l'autre Puiſſance Contractante, qu'ils rencontreront navigeans ſans eſcorte ſur les côtes, ou en pleine mer. Mais en même tems qu'il eſt expreſſément défendu à ces derniers de jetter aucun papier à la mer dans un tel cas; il n'eſt pas moins ſtrictement ordonné aux dits Vaiſſeaux de Guerre, ou Armateurs de ne jamais s'approcher des dits navires marchands à la portée du canon. Et afin de prévenir tout déſordre, & violence, les Hautes Parties Contractantes conviennent que les premiers ne pourront jamais envoyer au-delà de deux ou trois hommes dans leurs

cha-

mos, para examinar os Paſſaportes, e Cartas de mar, que devem authenticar a propriedade, e a carga dos ditos navios mercantes.

No caſo porém de que eſtes navios mercantes ſejão comboiados por hum, ou mais navios de Guerra, a ſimples declaração do Official que commandar o comboio, de que os ditos navios não tem a bordo algum Contrabando de guerra, deverá ſer baſtante, para que nenhuma viſita poſſa ter lugar.

ARTIGO XXVI.

LOgo que conſtar pela inſpecção dos Documentos dos navios mercantes, encontrados no mar, ou pela declaração verbal do Official Commandante do ſeu comboi, que não são carregados de contrabando de guerra, poderáõ ſeguir immediata, e livremente a ſua derrota.

Mas ſe a pezar de tudo os ditos navios mercantes forem vexados, ou damnificados, de qualquer modo que ſeja, pelos navios de Guerra, ou Armadores da Potencia belligerante, os Commandantes deſtes ultimos ficaráõ reſponſaveis, em ſuas peſſoas, e bens, de todas as perdas, e damnos, que houverem cauſado; e ſe fará além diſſo huma reparação proporcionada, pelo inſulto feito á Bandeira.

ARTIGO XXVII.

NO caſo porém de que algum navio mercante aſſim viſitado no mar tenha a bordo contrabando de guerra, não ſerá licito arrombar-lhe as eſcotilhas, nem abrir caixa alguma, baú, malla, fardos, ou

chaloupes à bord des derniers, pour faire examiner les Paſſeports, & lettres de mer, qui conſtateront la propriété, & les chargemens des dits navires marchands.

Mais en cas que ces navires marchands fuſſent eſcortés par un, ou par pluſieurs Vaiſſeaux de Guerre, la ſimple déclaration de l'Officier Commandant l'eſcorte, que les dits navires n'ont à bord aucune Contrebande de Guerre, devra ſuffire pour qu'aucune viſite n'ait lieu.

ARTICLE XXVI.

DEs qu'il aura apparu par l'inſpection des documens des navires marchands rencontrés en mer, ou par l'aſſurance verbale de l'Officier Commandant leur eſcorte, qu'ils ne ſont point chargés de contrebande de guerre, ils pourront auſſitôt continuer librement leur route.

Mais ſi malgré cela les dits navires marchands étoient moleſtés ou endommagés de quelque manière que ce ſoit par les Vaiſſeaux de Guerre, ou Armateurs de la Puiſſance belligérante, les Commandans de ces derniers répondront en leurs perſonnes, & leurs biens de toutes les pertes, & dommages qu'ils auront occaſionnés, & il ſera de plus accordé une réparation ſatisfaiſante pour l'inſulte faite au pavillon.

ARTICLE XXVII.

EN cas qu'un tel navire marchand ainſi viſité en mer eût à bord de la contrebande de guerre, il ne ſera point permis de briſer les écoutilles, ni d'ouvrir aucune caiſſe, coffre, malle, ballots, ou

ou toneis; nem deſarrumar, ou tirar couſa alguma do dito navio: E o Meſtre delle poderá, ſe lhe parecer conveniente, entregar logo o contrabando de guerra ao ſeu aprezador; e eſte deverá contentar-ſe daquella voluntaria entrega, ſem deter, moleſtar, nem inquietar de modo algum o tal navio, ou a ſua tripulação, o qual deſſe meſmo inſtante poderá ſeguir com toda a liberdade a ſua derrota: Mas recuſando entregar o contrabando de guerra, que trouxer a ſeu bordo, o aprezador terá ſó direito de o conduzir a algum Porto, onde ſe inſtruirá o ſeu Proceſſo perante o Juiz do Almirantado, ſegundo as Leis, e formalidades judiciaes praticadas no dito lugar; e depois de pronunciada huma Sentença definitiva ſobre a cauſa, ſerão confiſcados unicamente os effeitos reconhecidos por contrabando de guerra; e todos os mais que ſe não achem eſpecificados nos Artigos I. e III. da Convenção maritima, ſerão reſtituidos fielmente; e não ſerá permittido de reter couſa alguma delles, debaixo do pretexto de gaſtos, ou de condemnação.

O Meſtre de ſemelhante navio, ou aquelle que o repreſente, não ſerá obrigado a eſperar a deciſão da cauſa; mas poderá fazer-ſe á véla, e ſahir livremente com o ſeu navio, e toda a ſua tripulação, e o reſto da carga delle, logo que voluntariamente tiver entregado o contrabando de guerra, que trazia a bordo.

ARTIGO XXVIII.

NO caſo de que huma das duas Altas Potencias Contratantes tenha guerra com qualquer outro Eſtado, ou Vaſſallos do ſeu inimigo,

tonneaux; ni de déranger ou enlever quoi que ce ſoit du dit navire. Le Patron du dit batiment pourra même, s'il le juge à propos, livrer ſur le champ la contrebande de guerre à ſon capteur, le quel devra ſe contenter de cet abandon volontaire, ſans retenir, moleſter, ni inquiéter en aucune manière le navire, ni l'équipage, qui pourra dès ce moment même pourſuivre ſa route en toute liberté. Mais s'il refuſe de livrer la contrebande de guerre dont il ſeroit chargé, le capteur aura ſeulement le droit de l'amener dans un Port, où l'on inſtruira ſon procès devant les Juges de l'Amirauté, ſelon les Loix, & formes judiciaires de cet endroit, & après qu'il aura été rendu à cet égard une ſentence définitive, les ſeules marchandiſes reconnues pour contrebande de guerre ſeront confiſquées, & tous les autres effets non déſignés dans les Articles I. & III. de la Convention maritime, ſeront fidellement rendus; il ne ſera permis d'en retenir quoi que ce ſoit ſous prétexte de frais, ou d'amende.

Le Patron d'un tel navire, ou ſon repréſentant ne ſera point obligé d'attendre la fin de la procédure, mais il pourra ſe remettre en mer librement avec ſon Vaiſſeau, tout ſon équipage, & le reſte de ſa cargaiſon, auſſi-tôt qu'il aura livré volontairement la contrebande de guerre qu'il avoit à bord.

ARTICLE XXVIII.

EN cas que l'une des deux Hautes Parties Contractantes fût en guerre avec quelqu'autre Etat, les Sujets de ſes ennemis qui ſe-

ront

go, que eſtiverem no ſerviço da Potencia Contratante, que houver ficado neutral na dita guerra, ou os que ſe acharem naturalizados, ou em fim os que tiverem adquirido direito de Cidadãos nos ſeus Eſtados, ainda no tempo da meſma guerra, ſerão reconhecidos, e tratados pela outra parte belligerante como proprios Vaſſallos da ſua Alliada, ſem a menor differença entre huns, e outros.

ront au ſervice de la Puiſſance Contractante qui ſera reſtée neutre dans cette guerre, ou ceux d'entr' eux qui ſeront naturaliſés, ou auront acquis le droit de bourgeoiſie dans ſes Etats, même pendant la guerre, ſeront enviſagés par l'autre Partie belligérante, & traités ſur le même pied que les Sujets nés de ſon Alliée ſans la moindre différence entre les uns, & les autres.

ARTIGO XXIX.

SE os navios dos Vaſſallos das duas Altas Potencias Contratantes encalharem, ou naufragarem nas coſtas dos Eſtados reſpectivos, ſe lhes preſtaráõ immediatamente todos os ſoccorros, e aſſiſtencias, que forem poſſiveis, aſſim a reſpeito dos navios, e fazendas, como das peſſoas das ſuas tripulações; e ſe procederá em tudo o mais do meſmo modo que ſe coſtuma praticar com os Nacionaes, não exigindo couſa alguma além dos gaſtos, e direitos, que eſtes são obrigados a pagar em ſemelhantes caſos nas ſuas proprias coſtas; e de huma, e outra parte ſe tomará o maior cuidado, para que cada hum dos effeitos, que ſe ſalvar do navio encalhado, ou naufragado, ſeja fielmente entregue ao ſeu legitimo dono.

ARTICLE XXIX.

SI les navires des Sujets des deux Hautes Parties Contractantes echouoient, ou faiſoient naufrage ſur les côtes des Etats reſpectifs, on s'empreſſera de leur donner tous les ſecours, & aſſiſtance poſſibles, tant à l'égard des navires, & effets, qu'envers les perſonnes qui en compoſent l'équipage, & l'on y procédera en tous points de la même manière uſitée à l'égard des Sujets mêmes du Pays, en n'exigeant rien au-delà des mêmes frais, & droits aux quels ceux-ci ſont aſſujettis en pareils cas ſur leurs propres côtes; & on prendra de part & d'autre le plus grand ſoin pour que chaque effet ſauvé d'un tel navire naufragé, ou échoué ſoit fidellement rendu au légitime propriétaire.

ARTIGO XXX.

TOdas as demandas, e outras dependencias civeis, que digão reſpeito a Negociantes Portuguezes eſtabelecidos na Ruſſia, ou a Negociantes Ruſſos eſtabelecidos em Portugal, ſerão julgados pelos Tribunaes incumbidos em cada Paiz do conhecimento dos Negocios do Com-

ARTICLE XXX.

TOus les procès, & autres affaires civiles concernant les Négocians Ruſſes établis en Portugal, & les Négocians Portugais établis en Ruſſie ſeront jugés par les Tribunaux du Pays des quels les affaires de Commerce reſſortiſſent; & il ſera rendu de part & d'

Commercio: E de huma, e outra parte ſe adminiſtrará a mais prompta, e exacta juſtiça aos Vaſſallos reſpectivos, na conformidade das Leis, e práticas judiciaes eſtabelecidas em cada Paiz.

Os meſmos Vaſſallos reſpectivos poderáõ entregar o cuidado, e defeza das ſuas cauſas a quaeſquer Advogados, Procuradores, ou Tabelliães, que bem lhes parecer, com tanto que ſejão approvados pelo Governo.

ARTIGO XXXI.

QUando os Commerciantes Portuguezes, ou Ruſſianos mandarem regiſtar nas Alfandegas os ſeus contratos, ou ajuſtes pelos ſeus Caixeiros, Deſpachantes, ou outras peſſoas por elles empregadas para a compra, ou venda de fazendas, as Alfandegas da Ruſſia, onde eſtes contratos ſe regiſtarem, deveráõ cuidadoſamente examinar ſe os que contratão por conta dos ſeus conſtituintes ſe achão por elles authorizados com ordens, ou procuraçõeſ baſtantes paſſadas em boa, e devida fórma; e neſte caſo os ditos conſtituintes ficaráõ reſponſaveis, como ſe elles meſmos em peſſoa tiveſſem contratado. Mas ſe os ditos Caixeiros, Deſpachantes, ou outras peſſoas empregadas pelos referidos Commerciantes não eſtiverem munidos de ordens, ou procuraçõeſ ſufficientes, não ſe dará credito, nem fé ás ſuas palavras; e ainda que as Alfandegas o devão averiguar, não ſerão os Contratantes menos obrigados a cuidar per ſi meſmos em que os ajuſtes, ou contratos, que fizerem entre ſi, não excedão os termos das procuraçõeſ, ou ordens dadas pelos donos das fazendas, os quaes não ſerão reſponſa-

autre la plus prompte, & exacte juſtice aux Sujets reſpectifs, conformément aux Loix, & formes judiciaires établies dans chaque Pays.

Les Sujets reſpectifs pourront confier le ſoin de leurs cauſes, ou les faire plaider par tels Avocats, Procureurs, ou Notaires que bon leur ſemblera, pourvû qu'ils ſoient avoués par le Gouvernement.

ARTICLE XXXI.

LOrsque les Marchands Ruſſes ou Portugais feront enrégiſtrer aux Douanes leurs contrats, ou marchés par leurs commis, expéditeurs, ou autres gens employés par eux pour vente ou achat de marchandiſes, les Douanes de Ruſſie, où ces contrats s'enrégiſtreront, devront ſoigneuſement examiner, ſi ceux qui contractent pour le compte de leurs commettans, ſont munis par ceux-ci d'ordres, ou pleinpouvoirs en bonne, & due forme; au quel cas les dits Commettans ſeront reſponſables comme s'ils avoient contracté eux-mêmes en perſonne. Mais ſi les dits commis, expéditeurs, ou autres gens employés par les ſusdits Marchands ne ſont pas munis d'ordres, ou pleinpouvoirs ſuffiſans, ils ne devront pas en être crus ſur leur parole; & quoique les Douanes doivent veiller à cela, les Contractants n'en ſeront pas moins tenus de prendre garde eux-mêmes, que les accords ou contrats qu'ils feront enſemble n'outrepaſſent pas les termes des procurations, ou pleinpouvoirs, confiés par les Propriétaires des marchandiſes; ces derniers n'étant tenus à répondre que de l'objet & de la

va-

ſaveis mais que do objecto, e valor declarados nas ſuas procurações.

Porém como em Portugal não he coſtume fazer regiſtar nas Alfandegas os contratos, ou ajuſtes, que os Commerciantes fazem entre ſi, poderáõ os Negociantes Ruſſianos recorrer ao Adminiſtrador Geral das Alfandegas, ou á Junta do Commercio, que deveráõ fazer o dito regiſto, debaixo das meſmas condições aſſima expreſſadas no preſente Artigo, pelo que toca ás Alfandegas da Ruſſia. E poderáõ igualmente recorrer ao meſmo Adminiſtrador Geral das Alfandegas, ou á Junta do Commercio para obterem a plena, e inteira execução de quaeſquer contratos, que tiverem celebrado de compra, ou venda: iſto entendendo-ſe ſempre debaixo da reciprocidade, e perfeita igualdade entre as duas Nações, que he a baſe do preſente Tratado.

valeur énoncés dans leurs plein-pouvoirs.

Mais comme en Portugal il n' eſt pas d'uſage de faire enrégiſtrer aux Douanes les contrats, ou marches que les Commerçans font entr' eux, il ſera néanmoins libre aux marchands Ruſſes de s'addreſſer à l'Adminiſtrateur Général des Douanes, ou à la Junta du Commerce, leſquels ſeront tenus de faire le dit enrégiſtrement aux mêmes conditions exprimées cideſſus dans le préſent Article pour les Douanes de Ruſſie. Et ils pourront s'addreſſer également au même Adminiſtrateur Général des Douanes, ou à la Junta du Commerce pour ſe procurer l'entière exécution des contrats quelconques qu' ils auront faits pour achat, ou pour vente: Ceci s'entendant toujours ſur le pied de réciprocité, & d'égalité parfaite entre les deux Nations, qui eſt la baſe du préſent Traité.

ARTIGO XXXII.

AS duas Altas Potencias Contratantes ſe obrigão reciprocamente a dar todo o poſſivel auxilio aos Vaſſallos reſpectivos contra aquelles dos meſmos Vaſſallos, que não houverem cumprido com as obrigações de hum contrato feito, e regiſtrado, ſegundo as Leis, e fórmas preſcritas: E o Governo de huma, e de outra parte empregará em caſo de neceſſidade a authoridade preciſa para obrigar as partes a comparecer em juizo, nos lugares em que os ditos contratos forem celebrados, e regiſtados, e para promover a exacta, e inteira execução de tudo quanto nelles for eſtipulado.

ARTICLE XXXII.

LEs deux Hautes Parties Contractantes s' engagent réciproquement d'accorder toute l'aſſiſtance poſſible aux Sujets reſpectifs contre ceux d'entr' eux-mêmes qui n' auront pas rempli les engagemens d'un contrat fait & enrégiſtré ſelon les Loix, & formes preſcrites: Et le Gouvernement de part & d' autre employera en cas de beſoin l' autorité neceſſaire pour obliger les parties à comparoître en juſtice dans les endroits, où les dits contrats auront été conclus, & enrégiſtrés, & pour procurer l'exacte, & entière exécution de tout ce qu' on y aura ſtipulé.

ARTIGO XXXIII.

TOmar-ſe-hão reciprocamente todas as cautelas neceſſarias, para que o Officio de Corretor de fazendas (chamado *Brac*) ſeja incumbido a peſſoas conhecidas pela ſua intelligencia, e probidade, a fim que os Vaſſallos reſpectivos não ſejão expoſtos á má eſcolha das fazendas, e aos enfardamentos caviloſos. E ſempre que houver provas ſufficientes de má fé, contravenção, ou negligencia da parte dos Corretores, (chamados *Bracqueurs*) ou dos que ſuas vezes fizerem, ſerão reſponſaveis em ſuas peſſoas, e bens, e obrigados a pagar as perdas, que tiverem cauſado.

ARTIGO XXXIV.

OS Commerciantes Portuguezes eſtabelecidos na Ruſſia poderáõ pagar as fazendas que comprarem na meſma moeda corrente da Ruſſia, que receberem pelas fazendas que alli venderem, á excepção de ter o vendedor, e o comprador eſtipulado o contrario nos ſeus contratos, e ajuſtes: O meſmo ſe deverá entender reciprocamente a reſpeito dos Commerciantes Ruſſianos eſtabelecidos em Portugal.

ARTIGO XXXV.

OS Vaſſallos reſpectivos terão plena liberdade de eſcrever os ſeus livros de commercio, em toda, e qualquer parte que ſe acharem eſtabelecidos, naquelle idioma que lhes parecer, ſem que a eſte reſpeito ſe lhes poſſa preſcrever couſa alguma; nem já-mais exigir delles que apreſentem os ſeus livros de con-

ARTICLE XXXIII.

ON prendra réciproquement toutes les précautions néceſſaires pour que le brac ſoit confié à des gens connus par leur intelligence, & probité, afin de mettre les Sujets reſpectifs à l'abri du mauvais choix des marchandiſes, & des emballages frauduleux. Et chaque fois qu'il y aura des preuves ſuffiſantes de mauvaiſe foi, contravention, ou négligence de la part des bracqueurs ou gens prépoſés à cet effet, ils en répondront en leurs perſonnes, & leurs biens, & ſeront obligés de bonifier les pertes qu'ils auront cauſées.

ARTICLE XXXIV.

LEs marchands Portugais établis en Ruſſie peuvent acquiter les marchandiſes qu'ils y achetent en la même monnoie courante de Ruſſie qu'ils reçoivent pour leurs marchandiſes vendues, à moins que dans les contrats ou accords faits entre le vendeur, & l'acheteur, il n'ait été ſtipulé le contraire. Ceci doit s'entendre réciproquement de même pour les Marchands Ruſſes établis en Portugal.

ARTICLE XXXV.

LEs Sujets reſpectifs auront pleine liberté de tenir, dans les endroits où ils ſeront établis, leurs livres de commerce en telle langue qu'ils voudront, ſans que l'on puiſſe rien leur preſcrire à cet égard, & l'on ne pourra jamais exiger d'eux de produire leurs livres de compte, ou de commerce, excepté pour le-

contas, ou de commercio, excepto para ſua propria juſtificação em caſo de quebra, ou de demandas: Mas no ultimo caſo não ſerão obrigados a apreſentar mais que os artigos neceſſarios, para intelligencia do negocio de que ſe tratar. E pelo que diz reſpeito ás quebras, ſe obſervaráõ de huma, e outra parte as Leis, e Regulamentos, que ſe acharem eſtabelecidos, ou que ſe eſtabelecerem para o futuro em cada Paiz a eſte fim.

leur juſtification en cas de banqueroute, ou de procès: mais dans ce dernier cas ils ne ſeront obligés de préſenter que les articles néceſſaires à l'éclairciſſement de l'affaire dont il ſera queſtion. Et pour ce qui regarde les banqueroutes, on obſervera de part & d'autre les Loix & Réglemens qui ſe trouvent établis ou qui s'établiront à l'avenir dans chaque Pays à ce ſujet.

ARTIGO XXXVI.

SErá permittido aos Negociantes Portuguezes eſtabelecidos na Ruſſia edificar, comprar, vender, e alugar caſas em todas as Cidades deſte Imperio, que não tiverem privilegios municipaes, ou Direitos de Cidadãos, contrarios a eſtas acquiſições. Todas as caſas, que os Negociantes Portuguezes poſſuirem, e habitarem em S. Petersburgo, Moſcou, e Archangel, ſerão izentas de toda a ſorte de quarteis, em quanto lhes pertencerem, e elles meſmos as habitarem: Mas aquellas, que elles derem, ou tomarem de aluguel, ficaráõ ſujeitas aos encargos, e alojamentos preſcritos áquelle ſitio. Os Negociantes Portuguezes poderáõ eſtabelecer-ſe igualmente nas mais Cidades do Imperio Ruſſiano; mas as caſas, que nellas edificarem, ou comprarem, não gozaráõ das izenções concedidas ſómente nas tres Cidades aſſima eſpecificadas. Com tudo ſe pelo tempo adiante ſe julgar que convem eſtabelecer por huma ordem geral, que ſe pague a dinheiro a obrigação de dar quarteis, os Negociantes Portuguezes ſerão obrigados a ella, como todos os mais.

ARTICLE XXXVI.

IL ſera permis aux Marchands Portugais établis en Ruſſie, de bâtir, acheter, vendre, & louer des maiſons dans toutes les Villes de cet Empire, qui n'ont pas des privilèges municipaux, ou droits de bourgeoiſie contraires à ces acquiſitions. Toutes les maiſons qui ſeront poſſédées, & habitées par les Marchands Portugais à S.t Pétersbourg, Moſcou, & Archangel ſeront exemptes de tout logement auſſi long-tems qu'elles leur appartiendront, & qu'ils y logeront eux-mêmes; mais quant à celles qu'ils donneront, ou prendront à louage, elles ſeront aſſujetties aux charges, & logemens preſcrits pour cet endroit-là. Les Marchands Portugais pourront auſſi s'établir dans les autres Villes de l'Empire de Ruſſie; mais les maiſons qu'ils y bâtiront, ou achéteront ne jouiront pas des exemptions accordées ſeulement dans les trois Villes ci-deſſus ſpécifiées. Cependant ſi l'on jugeoit à propos par la ſuite de faire une Ordonnance générale pour acquiter en argent la fourniture des quartiers, les Marchands Portugais y ſeront aſſujettis comme les autres.

Sua Mageſtade Fideliſſima ſe obriga reciprocamente a conceder aos Negociantes Ruſſianos eſtabelecidos, ou que ſe eſtabelecerem em Portugal, as meſmas izenções, e privilegios, que ſe achão eſtipulados pelo preſente Artigo a favor dos Negociantes Portuguezes na Ruſſia, e com as meſmas condições aſſima expreſſadas, deſignando as Cidades de Lisboa, e Porto, e a Villa de Setubal, para nellas gozarem os Negociantes Ruſſianos dos meſmos privilegios concedidos aos Portuguezes nas de S. Petersburgo, Moſcou, e Archangel.

Sa Majeſté Très Fidelle s'engage réciproquement d'accorder aux Marchands Ruſſes établis, ou qui s'établiront en Portugal, les mêmes exemptions, & privilèges qui ſont ſtipulés par le préſent Article en faveur des Marchands Portugais en Ruſſie, & aux mêmes conditions exprimées ci-deſſus, en déſignant les Villes de Lisbonne, Porto, & Setuval, pour y faire jouir les Marchands Ruſſes des mêmes prérogatives accordées aux Portugais dans celles de S.t Petersbourg, Moſcou, & Archangel.

ARTIGO XXXVII.

OS Vaſſallos das duas Potencias Contratantes poderáõ livremente retirar-ſe dos Eſtados reſpectivos, quando bem lhes parecer, ſem que ſe lhes ponha o minimo obſtaculo da parte do Governo, que lhes concederá, com as cautelas preſcritas em cada Terra, os Paſſaportes do coſtume, para poderem ſahir do Paiz, e tranſportar livremente os bens, que houverem trazido, ou adquirido nelle, depois de conſtar que ſatisfizerão todas as ſuas dividas, e os direitos eſtabelecidos pelas Leis, Eſtatutos, e Ordenações do Paiz, que quizerem deixar.

ARTICLE XXXVII.

LEs Sujets de l'Une, & de l'Autre Puiſſance Contractante pourront librement ſe retirer quand bon leur ſemblera des Etats reſpectifs, ſans éprouver le moindre obſtacle de la part du Gouvernement, qui leur accordera, avec les précautions préſcrites dans chaque endroit, les Paſſeports en uſage, pour pouvoir quitter le Pays, & emporter librement les biens, qu'ils y auront apportés, ou acquis, après s'être aſſuré qu'ils ont ſatisfait à toutes leurs dettes, ainſi qu'aux droits fixés par les Loix, Statuts, & Ordonnances du Pays qu'ils voudront quitter.

ARTIGO XXXVIII.

AInda que o direito *d'Aubaine* ſe não ache eſtabelecido nos Eſtados das duas Altas Potencias Contratantes; com tudo Suas Mageſtades querendo prevenir toda, e qualquer dúvida a eſte reſpeito, convierão entre ambas reciprocamente, que os bens moveis, e immoveis, que pela morte de algum dos

ARTICLE XXXVIII.

QUoique le droit d'Aubaine n'exiſte pas dans les Etats des deux Hautes Parties Contractantes, cependant Leurs Majeſtés voulant prévenir tout doute quelconque à cet égard, conviennent réciproquement entr'Elles, que les biens, meubles, & immeubles délaiſſés par la mort d'un des Sujets reſpectifs dans

dos ſeus Vaſſallos reſpectivos ficarem nos Eſtados da outra Potencia Contratante, pertenceráõ ſem o menor obſtaculo aos ſeus legitimos herdeiros, ou por teſtamento, ou *ab inteſtato*; os quaes depois de haverem ſatisfeito legalmente ás formalidades preſcritas no Paiz, poderáõ logo tomar poſſe da herança ou por ſi meſmos, ou por procuração, como tambem pelos Executores Teſtamentarios, ſe o falecido os tiver nomeado; e os ditos herdeiros diſporão, como melhor lhes parecer, e convier, da herança, que lhes ficar devoluta, depois de pagos os direitos eſtabelecidos pelas Leis do Paiz, em que exiſtir a dita herança.

Mas ſe os herdeiros eſtiverem auſentes, ou forem menores, e não cuidarem em moſtrar o ſeu direito, neſte caſo o inventario de toda a ſucceſsão deverá fazer-ſe por hum Tabellião público perante os Juizes, ou Tribunaes competentes da Terra, na conformidade das Leis, e coſtumes do Paiz, e na preſença do Conſul da Nação do falecido, ſe o houver no meſmo lugar, e mais duas peſſoas fidedignas.

Concluido o inventario, ſe depoſitará a dita herança em algum depoſito público, ou ficaráõ depoſitarios della dous, ou tres Negociantes, nomeados para eſſe effeito pelo dito Conſul; ou na falta delle, entre as mãos de peſſoas eſcolhidas por authoridade pública, a fim de que os referidos bens ſejão guardados, e por ellas conſervados, para ſerem entregues aos legitimos herdeiros, e ſeus proprios donos.

Movendo-ſe porém conteſtações entre muitos pertendentes á ſobredita herança, os Tribunaes do lugar, em que ſe acharem os bens do fa-

dans les Etats de l'Autre Puiſſance Contractante ſeront librement dévolus ſans le moindre obſtacle à ſes héritiers légitimes par teſtament ou ab-inteſtat, qui après avoir légalement ſatisfait aux formalités preſcrites dans le Pays pourront ſe mettre tout de ſuite en poſſeſſion de l'héritage, ſoit par eux-mêmes, ſoit par procuration, ainſi que les exécuteurs teſtamentaires, ſi le défunt en avoit nommé; & les dits héritiers diſpoſeront ſelon leur bon plaiſir, & convenance de l'héritage qui leur ſera echu, après avoir acquité les droits établis par les Loix du Pays, où la dite ſucceſſion aura été délaiſſée.

Mais ſi les héritiers étoient abſens, ou mineurs, & qu'ils n'euſſent pas pourvu à faire valoir leurs droits, dans ce cas l'inventaire de toute la ſucceſſion devra être fait par un Notaire public en préſence des Juges, ou Tribunaux du lieu, compétens pour cela, en conformité des Loix, & uſages du Pays, & en préſence du Conſul de la Nation du décédé, s'il y en a un dans le même endroit, & de deux autres perſonnes dignes de foi.

Après quoi la dite ſucceſſion ſera dépoſée dans quelqu'établiſſement public, ou entre les mains de deux, ou trois Marchands, qui ſeront nommés à cet effet par le dit Conſul, ou à ſon défaut entre les mains de perſonnes choiſies pour cela par l'autorité publique, afin que les dits biens ſoient gardés, & conſervés par eux pour les légitimes héritiers, & véritables propriétaires.

Mais s'il s'élevoit des conteſtations ſur un tel héritage entre pluſieurs prétendants, les Tribunaux du lieu où les biens du défunt ſe

falecido, ſentencearáõ, e decidiráõ a cauſa ſegundo as Leis do Paiz.

ARTIGO XXXIX.

NO caſo que a Paz venha a romper-ſe entre as duas Altas Potencias Contratantes, (o que Deos não permitta) nem os navios, nem os bens dos Vaſſallos Commerciantes reſpectivos ſerão confiſcados, nem ſe fará apprehensão nas ſuas peſſoas, mas antes ſe lhes concederá ao menos o tempo de hum anno para vender, ou tranſportar os ſeus effeitos, e ſe retirarem para qualquer parte que lhes parecer conveniente, depois de haverem pago as ſuas dividas: O que ſe entenderá igualmente dos Vaſſallos reſpectivos, que eſtiverem ao ſerviço de qualquer das duas Potencias inimigas; ſendo permittido a huns, e a outros, antes de ſe retirar, de diſpôr, ſegundo lhes parecer, e convier, dos effeitos que não puderem vender, como tambem das dividas, que tiverem para pretender; e os ſeus devedores ſerão obrigados a lhes pagar, como ſe tal rompimento não houveſſe.

ARTIGO XL.

AInda que as duas Altas Potencias Contratantes deſejem eſtabelecer para ſempre os vinculos reciprocos de Amizade, e de Commercio, que acabão de contratar entre Si, e entre os Seus reſpectivos Vaſſallos; com tudo ſendo coſtume limitar ſemelhantes Convenções, as meſmas Altas Potencias mutuamente convierão, em que o preſente Tratado de Commercio haja de durar por eſpaço de doze annos, e que todas as ſuas eſtipulações

trouveront, devront juger, & décider le procès ſelon les Loix du Pays.

ARTICLE XXXIX.

SI la paix étoit rompue entre les deux Hautes Parties Contractantes, (ce qu' à Dieu ne plaiſe) on ne confiſquera point les navires, & les biens des Sujets Commerçans reſpectifs, ni on n'arrêtera leurs perſonnes; mais on leur accordera au moins l'eſpace d'une année pour vendre, débiter, ou tranſporter leurs effets; & pour ſe rendre dans cette vue par-tout où ils jugeront à propos, après avoir cependant acquité leurs dettes. Ceci s'entendra pareillement de ceux des Sujets reſpectifs, qui ſeront au ſervice de l'une ou de l'autre des Puiſſances ennemies; il ſera permis aux uns, & aux autres, avant leur départ, de diſpoſer ſelon leur bon plaiſir, & convenance de ceux de leurs effets, dont ils n'auront pu ſe défaire, ainſi que des dettes qu' ils auront à prétendre; & leurs débiteurs ſeront obligés de s'acquitter envers eux comme s'il n'y avoit pas eu de rupture.

ARTICLE XL.

QUoique les deux Hautes Parties Contractantes aient réciproquement a coeur d'établir à perpétuité les liaiſons d'Amitié, & de Commerce, qu'Elles viennent de contracter tant entr'Elles, qu' entre Leurs Sujets reſpectifs; cependant comme il eſt d'uſage de limiter de tels engagemens, Elles conviennent entr'Elles, que le préſent Traité de Commerce durera l'eſpace de douze années, & toutes les ſtipulations en ſeront religieu-

gieu-

ções ſejão religioſamente obſervadas de huma, e outra parte durante o referido tempo.

Mas as duas Altas Potencias Contratantes ſe reſervão de convir entre Si na prorogação do meſmo Tratado, ou de ajuſtar outro de novo antes do termo deſte.

ARTIGO XLI.

SUa Mageſtade a Rainha de Portugal, e Sua Mageſtade a Imperatriz de todas as Ruſſias ſe obrigão a ratificar o preſente Tratado de Amizade, e de Commercio; e as Ratificações delle em boa, e devida fórma ſe trocaráõ no eſpaço de ſinco mezes, contados da data da ſua aſſinatura, ou antes, ſe for poſſivel.

Em fé do que Nós abaixo aſſinados, em virtude dos Noſſos Plenos Poderes, aſſinamos o preſente Tratado, e o ſellamos com o ſello das Noſſas Armas. Feito em S. Petersburgo a $\frac{9}{20}$ de Dezembro de 1787.

(L. S.) *Franciſco Joſé de Horta Machado.* (L. S.) *João Conde d'Oſtermann.*

(L. S.) *Conde Alexandre de Woronzow.*

(L. S.) *Alexandre Conde de Bezborodko.*

(L. S.) *Arcadi de Morcoff.*

ESendo-nos preſente o meſmo Tratado, cujo theor fica aſſima inſerido; e bem viſto, conſiderado, e examinado por Nós tudo o que nelle ſe contém, o approvámos, ratificámos, e confirmámos aſſim no todo, como em cada huma das ſuas clauſulas, e eſtipulações, e pela preſente o damos por firme, e valioſo, pro-

gieuſement obſervées de part & d'autre durant cet eſpace de tems.

Mais les deux Hautes Parties Contractantes ſe réſervent de convenir entr'Elles de ſa prolongation, ou de contracter un nouveau Traité avant l'expiration de ce terme.

ARTICLE XLI.

SA Majeſté l'Impératrice de toutes les Ruſſies, & Sa Majeſté la Reine de Portugal s'engagent à ratifier le préſent Traité d'Amitié, & de Commerce; & les ratifications en bonne, & due forme en ſeront échangées dans l'eſpace de cinq' mois, à compter du jour de la date de ſa ſignature, ou plûtôt, ſi faire ſe peut.

En foi de quoi Nous ſouſſignés, en vertu de Nos pleinpouvoirs, avons ſigné le dit Traité, & y avons appoſé le cachet de Nos Armes. Fait à S.t Pétersbourg le $\frac{9}{20}$ Decembre 1787.

(L. S.) *C.te Jean d'Oſtermann.* (L. S.) *François Joſeph d'Horta Machado.*

(L. S.) *C.te Alexandre Worontzow.*

(L. S.) *Alexandre C.te de Bezborodko.*

(L. S.) *Arcadi de Morcoff.*

APrès avoir ſuffiſament examiné ce Traité d'Amitié, de Navigation, & de Commerce, Nous l'avons agréé, confirmé, & ratifié, ainſi que Nous l'agréons, confirmons, & ratifions par les préſentes dans tous ſes Articles, promettant ſur Notre Parole, & Foi Impériale, pour Nous, & Nos héri-

CB
P8539
1789
2
1-SIZE

12-103

promettendo em fé, e palavra Real por Nós, e por Noſſos Herdeiros, e Succeſſores obſervallo, e cumprillo inviolavelmente, e fazello cumprir, e obſervar, ſem permittir que ſe faça couſa alguma em contrario, por qualquer modo que poſſa ſer. E em teſtemunho, e firmeza do ſobredito, fizemos paſſar a preſente Carta por Nós aſſinada, ſellada com o ſello pendente das Noſſas Armas, e referendada pelo Noſſo Miniſtro, e Secretario de Eſtado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, e tambem preſentemente dos Negocios Eſtrangeiros, abaixo aſſinado. Dada no Palacio de Noſſa Senhora da Ajuda em $\frac{24}{13}$ de Março do anno do Naſcimento de Noſſo Senhor Jeſus Chriſto de 1788.

tiers, de remplir inviolablement tout ce qui a été ſtipulé par le ſusdit Traité, & de ne rien entreprendre qui y ſoit contraire. En foi de quoi Nous avons ſigné cette Notre ratification Impériale de Notre propre main, & y avons fait appoſer le ſceau de l'Empire. Donné à Zarskoé-Selo le $\frac{5}{16}$ Juin, l'an de grace 1788, & de Notre Regne la vingt-ſixiême année.

A RAINHA.

(L. S.)

Martinho de Mello e Caſtro.

CATHERINE.

(L. S.)

Comte Jean d'Oſtermann.

CC-PCR-11/19/09
300